




[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
A.

ATA DA 6ª. REUNIÃO ORDINÁRIA
DO ÓRGÃO DELIBERATIVO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS
REALIZADA A 17 DE ABRIL DE 2023
ATA Nº 08/2021-2025

Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sendo Presidente o Doutor Sérgio Tavares dos Santos, tendo como 1ª. Secretária Ana Margarida Infante do Carmo e como 2º. Secretário Mário João Rodrigues Gomes. _____

Com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Aprovação da Ata n.º 07/2021-2025; _____
2. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação n.º 37/2023 – Protocolo a celebrar com a ANAFRE, no âmbito da colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado "Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas"; _____
3. Apreciação da Proposta de Deliberação n.º 40/2023 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição - 2022; _____
4. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação n.º 41/2023 – Proposta de Alteração à Tabela de Taxas, Regulamento e Fundamentação económico-financeira da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (UFOPAC) para o ano de 2023; _____

- 
5. Apreciação da Proposta de Deliberação n.º 42/2023 – Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação n.º 43/2023 – Relatório de Atividades e Contas de Gestão de 2022; -----
7. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação n.º 47/2023 – 1ª Revisão Orçamental; --
8. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 01 a 31 de dezembro de 2022; -----
9. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 01 de janeiro a 31 de março de 2023. -----

ABERTURA -----

---- Pelas 20 horas e 40 minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e a 1.ª Secretária deu início à chamada dos membros da Assembleia da União de Freguesias.-----

---- **Pelo Movimento IN-OV** – Sofia Isabel Silva Mateus Almeida, Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos, Ana Rita Esteves Amaro, Sandra Verfssimo Ferreira Costa, Bruno Manuel dos Santos Rodrigues, Luísa Maria Ferreira Ribeiro Barragon e Valdemar Pedro Câmara de Almeida. -----

---- **Pelo Partido Socialista** – Maria Inês Lemos Borges Parente. -----

---- **Pelo Partido Social Democrata** – Joana Santa Marta e Carla Sofia Costa Duarte. -----

---- **Pelo Grupo Político Evoluir Oeiras** – Teresa Maria Belmonte Travassos e Luís Filipe Baptista Pinho. -----

---- **Pela Coligação Democrática Unitária** – Ana Cristina Pereira da Silva Alves. -----

---- **Pelo Partido Iniciativa Liberal** – Francisco José Ramalho Melo Albino. -----

---- **Pelo Partido Pessoas, Animais e Natureza** – Nuno Maria Gentil Carrilho Costa. -----

---- **Pelo Partido Chega** – Miguel Nunes Silva. -----

-- Na Assembleia estiveram presentes, em representação do Executivo da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a sua Presidente, Maria Madalena Silva Castro, Secretário, João Carlos Ribeiro Lobato Cortesão, Tesoureira, Cátia

Pereira Franco Bonito e respetivos Vogais, Rui Carlos dos Santos Bentes Aboim, Artur Alberto Dono Claro Campos e João Miguel Marques Freire. -----

A Senhora Maria Elisabete Gonçalves Joaquim, apresentou pedido de suspensão de mandato pelo período de 365 dias, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, o eleito Hugo Alexandre Jesus Afonso. -----

O Senhor Adalberto Gomes Monteiro, apresentou pedido de suspensão de mandato até ao final do ano de 2023, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Luísa Maria Ferreira Ribeiro Barragon. -----

O Senhor Nuno Filipe Ramos Gonçalo, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do IN-OV, o eleito Valdemar Pedro Cabral Câmara Almeida. -----

Hugo Alexandre Jesus Afonso, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do IN-OV, a eleita Sandra de Jesus Cabral Mendes. -

A Senhora Sandra de Jesus Cabral Mendes, apresentou justificação, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi justificado. ----


O Senhor António Monteiro Espírito Santo apresentou pedido de suspensão de mandato, pelo período de 365 dias, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista da CDU, a eleita Ana Cristina Pereira da Silva Alves. -----

O Senhor Gustavo Caldeira Almeida Faria da lista do PS, apresentou justificação, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi justificada, não tendo apresentado pedido de substituição. -----

O Senhor Nuno André Londrim Antunes da Cunha, apresentou pedido de substituição, pelo



A.



que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do PSD, a eleita Mariana Campos Carvalho Coelho. -----

A Senhora Mariana Campos Carvalho Coelho, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD, o eleito João Luís Crispim Ferreira. -----

O Senhor João Luís Crispim Ferreira, apresentou pedido de substituição, pelo que nos termos do disposto do artigo 8º., alínea a) do regimento da Assembleia de Freguesia foi convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista do PSD, a eleita Carla Sofia Costa Duarte. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Verificadas as presenças nesta Assembleia, nos termos do regimento, damos início ao período dedicado à intervenção do público. Não temos nenhuma inscrição do público. -----

Antes de dar início ao PAOD, a Mesa tem uma série de propostas e recomendações, que foram recebidas dos diferentes grupos e começaria antes de mais pelos Votos de Pesar. Dentro dos Votos de Pesar temos dois votos, um referente ao senhor Américo da Costa Pereira, antigo autarca e um outro referente ao Senhor José Norberto Baptista Machado, ex autarca também, posteriormente recebemos, e muito agradecemos do PSD, um Voto de Pesar, que me parece ser bastante mais completo do que o que fizemos aqui na Assembleia e portanto, queria propor antes de mais, que o primeiro Voto de Pesar fosse lido, referente ao Senhor Américo da Costa Pereira. Em segundo lugar que o segundo Voto pudesse incluir no nosso voto de Pesar global desta Assembleia, o texto que vem associado a este Voto de Pesar que foi entregue pela nossa colega Joana Santa Marta e pelo André Cunha, se obviamente ninguém se opuser, penso que receberam todos este Voto de Pesar do PSD. ---

---- Interveio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte: ----

Não, não recebi. -----

---- Interveio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte: -----

Eu também não. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Não?! As minhas desculpas, houve uma falha nossa, tinha ficado com a ideia que tinha enviado a todos, assim sendo vou lê-lo. -----

“Voto de Pesar – PSD – (ANEXO UM). -----

Faleceu no passado dia 10 de março, aos 83 anos, na sua residência em Oeiras, José Norberto Baptista Machado, antigo autarca do nosso concelho.

Era natural da Freguesia de Murte, concelho de Cantanhede e licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Foi um dos militantes fundadores da Concelhia de Oeiras do PPD/PSD, e dedicou-se à causa pública no concelho onde viveu grande parte da sua vida.

Eleito, pela primeira vez, no início dos anos 80 como membro da Assembleia de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, foi Presidente desta Freguesia no mandato entre agosto de 1987 e janeiro de 1990, por renúncia do primeiro eleito.


Entre 2005 e 2009 tornou-se vogal da mesma Junta de Freguesia e nesse mesmo ano apresentou-se como candidato a Presidente dessa Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra. É, contudo, eleito deputado da Assembleia de Freguesia.

Norberto Machado era um homem de princípios e fortes convicções que defendia a proximidade do poder político aos cidadãos tendo entregado grande parte da sua vida à defesa do poder local.

O Município de Oeiras, como reconhecimento pela sua entrega e dedicação ao concelho e às suas gentes, mais concretamente aos fregueses de Oeiras e São Julião da Barra, decidiu homenageá-lo na passada Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril de 1974, como ex-autarca do nosso concelho.

Pelo importante contributo político que deixou em Oeiras e pela forma amistosa, calma e altruísta com que se entregou à defesa do interesse público, delibera esta Assembleia de Freguesia manifestar o seu profundo pesar pela morte de José Norberto Baptista Machado, apresentando os mais sentidos pêsames à família, aos amigos e a todos quanto com ele





privaram de perto e o admiravam, prestando-lhe a devida homenagem com um minuto de silêncio. Mais determina a Assembleia de Freguesia de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, na sessão ordinária de dia 17 de abril de 2023, o envio do presente voto de pesar à família enlutada e a sua publicação no sítio institucional da mesma, como forma de agradecimento e exaltação do seu papel enquanto autarca.

Oeiras, 13 de abril de 2023

André Cunha

Joana Santa Marta

Alguém tem alguma coisa contra este Voto de Pesar? Parece-me um texto muito mais completo e elaborado por quem o conheceu, parece-me muito mais fundamentado do que fazer apenas um Voto de Pesar institucional. O nosso voto que já conhecem dizia simplesmente: -----

“Voto de Pesar – Mesa da Assembleia – (ANEXO DOIS). -----

“No dia dezassete de abril do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, em reunião da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, foi apresentado por todas as forças políticas um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor JOSÉ NORBERTO BAPTISTA MACHADO, com 82 anos de idade, ex-autarca e Presidente da Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, entre agosto de 1987 e janeiro de 1990.

Reconhecido pela sua missão enquanto autarca de Oeiras, era também estimado por todos os que com ele conviveram.

A Assembleia de Freguesia deliberou:

Aprovar por unanimidade o Voto de Pesar e transmitir as sentidas condolências à família e amigos do Senhor José Norberto Baptista Machado”.

Parece-me pouco para a pessoa que aqui descrevem, se me permitirem juntaria estes dois votos ou melhor que isso, pura e simplesmente anularia o texto simples desta Assembleia, iria propor e votaríamos o Voto de Pesar que nos foi entregue pelo PSD, o nosso Voto de

Pesar enquanto Assembleia. Alguém tem alguma coisa contra? Faça o favor, Senhor Nuno Costa do PAN. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Tenho uma dúvida, do ponto de vista metodológico como é que o Senhor Presidente está a funcionar agora em relação às recomendações? Porque antes tinha decisões unilaterais, agora está a perguntar se concordamos, só para esclarecer, mudou alguma coisa no funcionamento? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Nada mudou. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

A forma de aceitar, as recomendações ou isso, portanto não há uma votação para aceitar as recomendações? Mantem-se tudo como estava? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Vou esclarecer: ponto um, isto não é uma recomendação, ponto dois, nada mudou, ponto três, estou-vos a perguntar se alguém tem alguma coisa contra este texto do Voto de Pesar do PSD? Então a Mesa vai assumir que este é o Voto de Pesar aceite e será este que será tido em conta, quando fizermos o nosso minuto de silêncio. Da mesma forma e as minhas desculpas por ser curto, mas de facto não conhecia o Senhor. -----

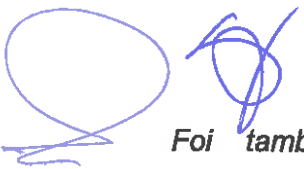
O Voto de Pesar – (ANEXO UM): Foi aprovado por unanimidade. -----

O segundo Voto de Pesar diz respeito ao Senhor Américo da Costa Pereira. -----

“Voto de Pesar – Mesa da Assembleia – (ANEXO TRÊS). -----

No dia dezassete de abril do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, em reunião da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, foi apresentado por todas as forças políticas um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor AMÉRICO DA COSTA PEREIRA, antigo autarca, que exerceu mandatos na Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra desde julho de 1985 a janeiro de 1990.

A



Foi também um incansável sindicalista, tendo pertencido à Direção do Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica e posteriormente integrado o departamento de organização da CGTP, tendo tido como tarefa principal o apoio à formação de sindicatos na Função Pública e na Administração Local.

A Assembleia de Freguesia deliberou:

Aprovar por unanimidade o Voto de Pesar e transmitir as sentidas condolências à família e amigos do Senhor Américo da Costa Pereira”.

Para ambos ia solicitar um minuto de silêncio desta Assembleia em pé, muito obrigado. -----

----- **Após um minuto de silêncio** -----

Que fique em ata que o Voto de Pesar referente ao Senhor Américo da Costa Pereira e o Voto de Pesar do Senhor José Norberto Baptista Machado: **Foram aprovados por unanimidade.**

Seguidamente a Mesa recebeu algumas moções, proposta de recomendação e um voto de protesto. -----

Em termos de propostas de recomendação, estive a ler todas com atenção e relativamente, à proposta de recomendação que nos foi submetida pela Iniciativa Liberal, entendendo-a e concordando com ela, parece-me uma total redundância, parecia-me e aparentemente é verdade, que já há esta informação relativamente a estes pontos nomeadamente no que diz respeito ao consumo de energia, de eletricidade, de combustível, etc., de qualquer forma e para que não haja confusões, antes de dar a proposta como redundante e como tal, nem sequer submeter à votação para admissibilidade, gostava de pedir à Dra. Madalena, se porventura, estava disponível para explicar, se tenho ou não razão em relação a isto, ou se porventura, não tendo razão, se poderemos avançar para votação, muito obrigado. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada, Senhor Presidente. Boa noite à Mesa, caros membros da Assembleia de Freguesia, estimado público que nos quis dar o gosto da vossa presença. -----

Quero apenas informar/esclarecer, que me parece muito pertinente todas as questões relacionadas com a ecologia, com o ambiente e com as poupanças de energia; contudo, esta informação é dada, trimestralmente nas informações que são distribuídas pela Assembleia de

Freguesia. -----


E quero também esclarecer, porque provavelmente não terão conhecimento, mas a Junta de Freguesia não é titular de nenhum edifício, todos os edifícios onde funcionamos, seja em Oeiras, Paço de Arcos ou Caxias, são cedidos através de contratos de comodato nomeadamente, Paço de Arcos e Caxias, pela Câmara Municipal. Em Oeiras estamos provisoriamente na Fundação de Oeiras, em princípio a sede da União de Freguesias irá para o edifício dos Bombeiros Voluntários de Oeiras. Os Bombeiros Voluntários de Oeiras deixarão o edifício no centro da vila este ano, será requalificado e depois será a sede ou da União de Freguesias ou da futura Junta de Freguesia de Oeiras e de São Julião da Barra. Portanto em Oeiras não pagamos energia, aliás, como devem prever é onde temos mais pessoal, mais gabinetes, o edifício é bastante antigo e onde provavelmente se gasta mais energia, porque as amplitudes térmicas, quer de verão, quer de inverno, são brutais naquele tipo de edifícios, que não teve obras de adaptação à realidade, há muitas alterações de temperatura durante o dia. Como referi, não pagamos energia em Oeiras. -----

Em Paço de Arcos estamos a funcionar no mercado de Paço de Arcos. O Edifício está em concurso, penso que ainda não foi adjudicado, mas vai ser objeto de requalificação porque quando a Junta requalificou o espaço, pôs-se a hipótese de instalação de painéis fotovoltaicos, mas a Câmara comunicou-nos que decorria um concurso para futura concessão e que veio a ser anulado por causa do Covid; quem ganhou, desistiu, mas agora está novamente em concurso e a própria Câmara tratará dessa instalação. -----

Em relação a Caxias temos o contrato de comodato, estamos em negociações com a GALP através do Engenheiro João Freire, integra a informação que divulguei neste último documento que foi distribuído, que nos propôs fazer a instalação de painéis fotovoltaicos gratuitamente, estamos à espera da decisão. Se o Senhor Presidente me permitir, pedia ao Engenheiro João Freire, não sei se têm tido contactos recentes com o representante da GALP, mas já agora informava a Assembleia sobre esse assunto. -----

--- **Interveio o Senhor Vogal do Executivo, Eng.º João Freire para dizer o seguinte: ---**

Boa noite a todos. Ainda esta semana falei com o Eng.º Pedro Ferreira da GALP, faz parte do



grupo de inovação da GALP, é um departamento próprio; em Caxias, já têm alguns edifícios onde colocaram alguns painéis, a nível da energia pretendem fazer uma comunidade, ou seja, partilhar energia, sairia mais barato para todos e a parte de Caxias é um dos projetos, está a terminar o contrato, em breve iremos ter novidades, por isso é aguardar mais um pouco, talvez um mês. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Por outro lado, ainda e complementarmente, temos de fazer obras na cobertura de Caxias, porque está com problemas de infiltrações, não vamos instalar painéis e depois fazer obras, tínhamos de desinstalar tudo. -----

Aproveito para dar mais uma informação, em Oeiras não pagamos luz nem água, a água é de um recurso próprio que havia na Fundação de Oeiras e que é distribuída em todo o edifício, não é potável, portanto não pode ser bebida, já havia na altura a preocupação por não se consumir água tratada. Em Paço de Arcos a situação é esta e em Caxias também, a que acabamos de referir. -----

Relativamente aos combustíveis, também damos essa informação trimestralmente; o maior consumo é do autocarro, passou a circular quase diariamente e é um consumo muito grande, se o Senhor Presidente permitir, não sei se a Dra. Mónica tem mais alguma coisa a acrescentar relativamente à informação que é dada. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

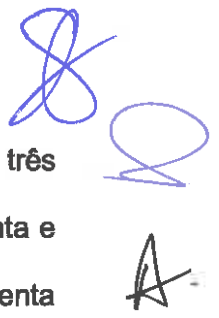
Desde que seja rápida, Dra. Mónica, faça o favor. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

A nossa responsável da contabilidade e das finanças. -----

---- **Intervio a Senhora Mónica Chambel, Responsável da Contabilidade da UFOPAC para dizer o seguinte:** -----

Muito boa noite a todos. Complementando só um bocadinho a informação da Dra. Madalena, efetivamente vem tudo no controlo orçamental de despesa, onde temos a rubrica de eletricidade, onde vai exatamente as duas delegações, Paço de Arcos e Caxias; em 2022 a despesa teve um montante de € 8.256,18 (oito mil duzentos e cinquenta e seis euros e dezoito



cêntimos) de custo de eletricidade e temos os combustíveis que são desagregados em três rúbricas, os combustíveis tiveram um total de € 18.276,00 (dezoito mil duzentos e setenta e sei euros), em que o gasóleo é o maior valor com € 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta euros) onde está incluído o autocarro. Depois temos gasolina e temos outros, os outros são: os óleos e o Adblue nomeadamente do autocarro, portanto está tudo bastante explícito em termos de contas no controlo orçamental, não sei se há mais alguma questão. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dito isto, penso que a redundância é evidente. -----

--- **Intervio o Senhor Francisco Albino da Iniciativa Liberal para dizer o seguinte:** -----

Havia coisas que não sabia, fiquei a saber, as contas costumo ver, não era só o valor que me interessava, era a quantidade de kilowatts, ou seja, o que for, porque a medida quantitativa é relevante, uma vez que os preços vão variando e é difícil perceber, se estamos ou não, na trajetória de poupança, na redução, é relevante, mas enfim, depois perguntarei com mais detalhe, não vale a pena estarmos a ocupar a Assembleia com isso, muito obrigado. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Assim sendo, a Proposta de Recomendação da Iniciativa Liberal não é aceite pela Mesa. ---

Seguidamente temos a Moção apresentada pela CDU, todos tiveram acesso, presumo. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente antes de continuar posso tirar uma dúvida? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Em relação ao que o João explicou, fugiu um bocadinho a isto, falou de uma coisa, a comunidade de Caxias, não é bem esta pergunta, isso é uma novidade, não é? Não percebi bem, posso tentar perceber essa situação? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Extraordinariamente sim. Eng.º João Freire, por favor. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----



Não percebi bem, foge à pergunta que tinha a ver com a Junta. -----

---- **Intervio o Senhor Vogal do Executivo, Eng.º João Freire para dizer o seguinte:** ----

A. Aqui a questão é, os painéis que vão ser instalados, como a Presidente tinha explicado, vão ser instalados na delegação da Junta de Freguesia de Caxias, obviamente que a energia para além de ser partilhada com a comunidade, a Junta não vai ter despesas com essa própria energia. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Não. Com a instalação. -----

---- **Intervio o Senhor Vogal do Executivo, Eng.º João Freire para dizer o seguinte:** ----

Sim. Com a instalação -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa, Senhor Presidente, ficaram de fazer chegar a proposta escrita - isto porque enfim, não gosto de falar do meu passado, mas no meu passado tive muitas propostas, que depois quando eram traduzidas a escrito, a gratuitidade não era bem assim - pedi para formalizarem a proposta, porque não é só a instalação, também é a manutenção e a conservação que é cara. De todo o modo, não ponho em causa que é de facto, uma mais-valia quando se tem despesas a partir de um certo montante. Ficaram de nos fazer chegar essa proposta escrita, e o que está em causa, que o senhor na altura não nos conseguiu responder, é a gratuitidade da manutenção e da conservação, o que não nos foi comunicado.

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Quem é que beneficia? Para além da Junta quando falou em comunidade, há cidadãos... --

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Sinto muito, mas não pode haver conversa direta, está bem? Neste momento começa a ser um assunto que está a fugir um bocadinho do que tinha a ver com este requerimento, portanto vou pedir-vos o seguinte: façam chegar o vosso pedido de esclarecimento por escrito e a Junta de Freguesia fará chegar rapidamente a resposta. Tanto quanto me parece neste momento, não há nada decisivo, nem há nada a decidir ainda, compreendo as dúvidas provavelmente será uma coisa muito importante, por isso é que deixei que houvesse esta

conversa, mas não há nada definitivo ainda. Portanto o que é que pediria ao Executivo, que assim que tivesse algo mais definitivo e mais palpável, fizesse chegar a todas as forças rapidamente essa informação, parece mais lógico, muito obrigado. -----

Passando então à Moção apresentada pela CDU. -----

“Moção – CDU – (ANEXO QUATRO). -----

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar, uma explosão de liberdade que, porém, não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse, em todos os demais aspetos da vida, a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

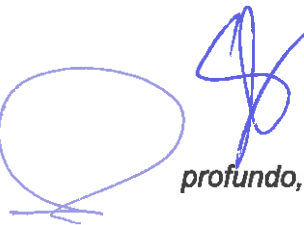
Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta pelo pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia.

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais



profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

A. *Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.*

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.


A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras Paço de Arcos e Caxias,
reunida em 17/04/2023, delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;
5. Contribuir para a concretização de um processo de consulta sobre a vontade das populações relativamente à reposição das freguesias liquidadas.
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

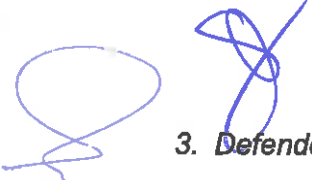
Oeiras, 17 de abril de 2023

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária

Ana Cristina Alves”

É longa, extensa, mas basicamente pede a esta Assembleia para deliberar 6 pontos dos quais a saber. -----

- “1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;



3. *Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*

A

4. *Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;*

5. *Contribuir para a concretização de um processo de consulta sobre a vontade das populações relativamente à reposição das freguesias liquidadas.*

6. *Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade”.*

Desde já vou colocar à admissão esta Moção. Quem vota favorável a admissão para discussão? Braço no ar por favor. -----

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente esta metodologia é nova, foi precisamente a pergunta que fiz, se ia mudar a metodologia? O Senhor Presidente nunca fez estas votações para admitir, decidiu unilateralmente, dizia se podiam ou não podiam entrar, por isso é que foi a minha dúvida que pareceu que estava a ser de forma diferente. O Senhor Presidente não fazia assim, na última reunião tivemos três que o Senhor não fez assim. -----

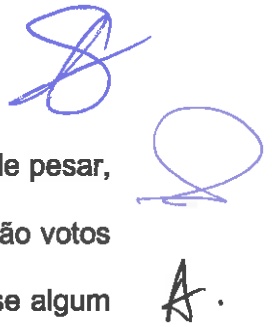
---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Cabe à Mesa o direito de poder decidir não aceitar determinada moção ou determinado requerimento que é colocado à Mesa; -----

Cabe à Mesa, o direito de achar que essa moção ou recomendação pode ser discutida em outra reunião; -----

Cabe à Mesa decidir inclusive, se porventura determinada moção, recomendação ou proposta estão pura e simplesmente ilegais, enfim não respeitando a Lei no seu total; -----

Cabe também à Mesa, decidir de uma forma prática, se determinada proposta é ou não, por exemplo, redundante como foi a que apareceu apresentada pela Iniciativa Liberal. Não tem a ver com nenhuma alteração de nada do que tem sido feito nestes últimos anos, é assim que



continuo a funcionar sempre; volto a dizer, há bocado estávamos a falar em votos de pesar, os votos de pesar não são moções, não são recomendações, não são propostas, são votos de pesar e pessoalmente perguntei a todos, se haveria ou não, alguém que pusesse algum contratempo ou alguma coisa contra e, todos disseram que não, automaticamente é considerado algo que é tacitamente aceite por todos, não percebo qual é a sua dúvida atual.-

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Mas agora o que estamos a votar é a aceitação para discussão, não é? Estamos a votar para podermos aceitar ou não, é isso? Mas não é discussão ainda. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Se me ouviu desde o início, estamos neste momento a votar a admissibilidade da proposta para discussão, portanto vamos votar neste momento. -----

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Já estou a perceber, mas é que antes não fazíamos assim. -----

---- **Intervio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, na última Assembleia isso não aconteceu com uma proposta do Evoluir Oeiras. -----

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

E do PAN também. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Valha-me Deus. -----

---- **Intervio o Senhor Miguel Campos do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

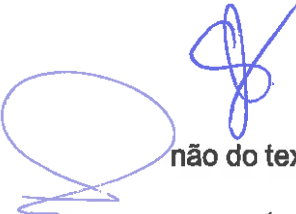
Só para tentar ajudar a esclarecer, há questões que são da Mesa, quando repara que a proposta não tem adequabilidade, por exemplo noutra Assembleia falava-se de coisas que eram contra Lei, portanto não valia a pena colocar à votação. -----

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Mas essa foi precisamente a que foi aceite. -----

---- **Intervio o Senhor Miguel Campos do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Porque houve uma alteração, na altura discutiu-se a admissibilidade ou não, a alteração ou



não do texto. Quando há uma alteração do texto, pode ser admitida, discutida e votada, neste momento há uma proposta da CDU, que se está a propor à discussão, as pessoas vão discutir e depois vão votar a favor, contra ou absterem-se, o que entenderem, em termos de Assembleia. O procedimento é o mesmo, há variantes, porque cabe à Mesa como entidade que rege e coordena a Assembleia, dar nota se é redundante, por exemplo a Iniciativa Liberal, imaginando que a Mesa não dava nota disto, fomos votar, imaginando que era favorável, isto já é feito, era mal feito, o que é estamos aqui a fazer? A votar uma coisa redundante, o que é que o público e os fregueses iam pensar da Assembleia? Se o Senhor Presidente não tivesse essa atenção, se calhar podíamos equivocarmo-nos, cabe sempre à Mesa vigiar e dar nota das coisas para que o normal funcionamento e sobretudo, a não redundância, o não fazer coisas contra a Lei, cabe à Mesa dar essa nota e tomar essa decisão. É normal que os procedimentos possam dar a entender que sejam diferentes, mas isto tem a ver com o número de situações que já vivemos, a experiência que temos e aquilo também que vamos conseguindo perceber no funcionamento das Assembleias, não há duas Assembleias iguais. Há uma Lei e a Lei tem que ser respeitada, não quer dizer que uma seja admitida e outra não, uma seja votada para admitir e outra não, não quer dizer que seja alterar o modo de funcionamento, são questões que a Mesa tem a possibilidade de analisar e dar nota, se é algo que vai contra a Lei, nem entra, se é algo que é redundante não vale a pena entrar, não altera o procedimento, as questões é que são diferentes, depende sempre do texto, do contexto e daquilo que se está a falar, é só isso, o procedimento é sempre o mesmo, mas às vezes as propostas são admissíveis outras não são. Pode ser sempre relativo, pode ter sempre a sua interpretação jurídica e dizer; *“não acho que isso não é contra a Lei”*, mas isso depois a Mesa tem esse direito de poder dar essa visão e dar essa decisão, isso é da Lei. -----

---- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Faça o favor, Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras. -----

---- **Intervenção da Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ----

Na leitura do regimento e do art.º 16.º, de facto, o Presidente tem o direito de *“Admitir ou rejeitar as propostas, reclamações ou requerimentos, verificada a sua regularidade*

regimental, sem prejuízo do direito do recurso dos seus autores para a Assembleia, no caso de rejeição”;

Neste caso, poderá evocar irregularidade regimental, penso que no caso da Iniciativa Liberal, era por ser redundante, não era porque houvesse propriamente uma irregularidade regimental, seja como for o que depreendemos é que nesta situação, o colega da Iniciativa Liberal compreendeu e no fundo aceitou, porque poderia recorrer, para a Assembleia. -----

--- Autor inaudível, microfone desligado. -----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Estamos esclarecidos em relação a isto? Se alguma vez acharem que, pura e simplesmente, a Mesa está de alguma forma a desrespeitar uma proposta vossa ou a achar erradamente ou não perceber o que querem com isso, fazer uma proposta novamente para que de facto, essa proposta seja votada, é tão simples como isto, muito obrigado. -----

Sendo assim, vamos ver novamente se a moção apresentada pela CDU é admitida para votação. Quem admite a discussão? Braço no ar, por favor. -----

“Moção – CDU – (ANEXO QUATRO). Foi admitida para discussão por unanimidade. ---

Sendo assim, passamos à discussão da mesma, quem quer intervir? Braço no ar. CDU, faça o favor. -----

---- Interveio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte: -----

Boa noite a todos. Tendo em conta que a Moção foi da iniciativa da CDU e afastando desde já o cariz que poderão colocar de ideologia ou apropriação ideológica, quero salientar que além do texto que é extenso como o Presidente já referiu, esta proposta nos pontos enunciados, tem o cariz de manter todas as condições que foram conquistadas precisamente com esta mesma libertação histórica que foi o 25 de abril e pelo qual, não só colocamos à Moção a saudação do seu quadragésimo nono aniversário, como também em todos os pontos subsequentes, referimos e reforçamos toda a constituição que uma das partes, sendo aquela que todos estamos hoje reunidos a fazer jus, que é o poder local, é também importante dar continuidade a esta questão que vai além do ponto 3, como o caro colega do IN-OV há pouco



me indicava, mas que é importante também continuar a exigir e a pugnar por repor de certa maneira, um acompanhamento de proximidade à população. -----

Posto isto, deixo à vossa consideração e à vossa discussão, obrigada. -----

A : --- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Miguel Campos, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Miguel Campos do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Como já tinha tido oportunidade de dar nota à líder da CDU, a bancada do IN-OV em relação aos 3 primeiros pontos, concorda, em relação aos três últimos 4, 5 e 6 não concorda e, portanto, se a proposta se mantiver tal como está, irá votar contra, mas se houver alteração poderemos votar favoravelmente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada. Senhor Miguel Silva do Chega, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Obrigado, Senhor Presidente. Lemos a Moção da CDU com atenção, o nosso problema é o mesmo ao qual já fizemos referência no ano passado, vou-me abster de fazer uma longa declaração de voto como fiz o ano passado, acho que não vale a pena, o nosso problema é o mesmo, é que na redação do texto é facioso, mas estamos a falar da celebração daquilo que é um feriado nacional, é um feriado do regime, todos os partidos deviam estar minimamente solidários e neutrais a nível ideológico na celebração da data e o texto impede-o, porque fala que forças de direita são obstáculo aos valores de abril, é uma tentativa de apropriação do feriado e da data que achamos que não é de bom tom e não é muito benevolente, vamos votar contra por essa mesma razão, vou-me abster de mais considerações, o ano passado já deixei clara a nossa posição. Muito obrigado. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Joana Santa Marta do PSD, faça o favor. -----

--- **Intervio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Boa noite, Senhor Presidente, boa noite ao Executivo, boa noite aos meus colegas, boa noite ao público. -----

O PSD faz a mesma leitura, não podemos ser mais defensores do 25 de abril, é a razão por que estamos todos aqui e enalteçemos com a maior das graças o 25 de Abril e os Capitães de Abril, de qualquer modo, fico-me por aqui, o ponto 4, 5 e 6 é impossível o PSD votar a favor, tenho muita pena, votaria com muito gosto, qualquer Moção, qualquer exortação ao 25 de Abril com prazer e alegria, mas neste estado, tenho de votar contra. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor Francisco Albino da Iniciativa Liberal, faça o favor. -----

---- **Intervio o Senhor Francisco Albino da Iniciativa Liberal para dizer o seguinte:** ----

Obrigado, Senhor Presidente. Da mesma forma, como os meus colegas já exprimiram, também entendo que os vários considerandos que estão indicados no texto, nomeadamente a proposta de deliberação em relação aos pontos 4 e 5 e várias considerações que estão feitas, diria e é uma pena porque a CDU podia ter feito um texto bastante mais integrador, como dizia o Miguel e obteria com certeza, o apoio praticamente unanime, mas o texto como está, ponderamos votar contra ou abstermo-nos, temos que pensar melhor, se o texto for ajustado pode ser que o nosso voto mude. Obrigado. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Joana Santa Marta, faça o favor. -----

---- **Intervio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, peço desculpa, depois de ouvir os meus colegas, vou apresentar uma proposta. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Sucintamente. -----

---- **Intervio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Para que não corramos o risco, pelo que vi esta proposta vai ser reprovada garantidamente e o 25 de Abril não merece que seja reprovada, peço ao Senhor Presidente que em nome da Mesa e em nome de nós todos, faça uma proposta de louvor ao 25 de abril, aos capitães de abril e à democracia, porque será com certeza, unanime nesta Assembleia, um voto de congratulação pelo 25 de abril de 1974. Muito obrigada. -----



---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor Nuno Costa do PAN, faça o favor. -----

---- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

A. Primeiro parece-me muito boa ideia e vai ser apresentada outra do Chega ao 25 de abril e provavelmente, esta sugestão do PSD parece-me ser interessante pode-nos vincular a todos ao feriado do 25 de abril e ao 25 de abril, também concordo com a ideia. -----

A segunda questão que tinha, já foram referidas algumas dúvidas em relação aos pontos, mas a minha era o ponto quatro, porque a CDU na última reunião apresentou uma proposta de separação das Freguesias e este ponto quatro, está um bocadinho vago, se é essa a questão, se estão a abordar outra vez essa questão, mas de uma forma menos clara, porque na última Assembleia de Freguesia das quatro recomendações que foram feitas, só a da CDU é que foi aceite e tinha essa questão que estava ferida de legalidade, apesar de ter sido aceite e tinha precisamente isso, por causa da desagregação das Freguesias. Este ponto, perguntava se o elemento da CDU não quer esclarecer para perceber o que é que isto consiste? Porque não esteve cá na última reunião, mas foi demonstrado que era ilegal separar as Freguesias como a CDU propunha, por isso, o PAN também não pode votar a favor, perante estas dúvidas, digamos assim. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada. Tem a palavra a Senhora Teresa Travassos, faça o favor. -----

---- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Solicito também melhor esclarecimento do ponto 4. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito sucintamente, o ponto 4, por favor. Senhora Ana Cristina Alves da CDU, faça o favor. -----

---- **Intervio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Apesar de não ter estado presente na Assembleia referida, tenho conhecimento do que se passou através da comunicação que vamos tendo. Em relação a esta questão, o que temos levado a cabo é uma tentativa de recolocar as Freguesias à origem, não tem a ver com a liquidação, vamos tentar esclarecer as coisas, entendo que tenham tido questões em relação

à deliberação que já referiram, mas o que é feito é meramente um reforço na necessidade de continuar este processo que está em curso e que não se deve deixar cair, meramente isso. -

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Alguém tem mais alguma questão? Sendo assim, enquanto Presidente da Mesa e já que houve aqui várias sugestões, começaria antes de mais por perguntar se a CDU mantém exatamente esta redação ou se tal como foi aqui explicado por várias forças, retira os últimos três pontos da Moção? -----

--- **Intervio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Mantemos. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Assim sendo, vou propor a votação. Senhora Teresa Travassos do Evoluir, faça o favor. ---

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Proponho contribuir para a consulta das populações e ao mesmo tempo primeiro exigir, parece-me um contra senso, ou seja, estamos a exigir uma coisa que ainda vamos consultar as populações, pediria apenas, para retirar o ponto 4. -----

--- **Intervio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Podemos recolocar o ponto 4, em vez de dizer "*exigir a criação das regiões administrativas*, dizer; *continuar a pugnar pela criação de regiões administrativas e contribuir para a concretização de um processo em que seja consultada à vontade das populações relativamente a esta reposição*", podemos reorganizar o texto, digamos assim. -----


--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Ficamos quase em conversa. Mas é claro que as regiões administrativas, são as Freguesias, e que não é redutor... -----

--- **Autor inaudível, microfone desligado.** -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa. Neste momento, a vontade da CDU seria apenas alterar pontualmente o ponto 4, sendo que nitidamente tanto o ponto quinto como o sexto não seriam alterados, vamos manter exatamente como está, que é essa a vontade inicial e vamos proceder à votação da



Moção referente à CDU que diz respeito, comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático. Quem vota favorável esta moção? Quem vota contra? Muito obrigado. -----

A Assim sendo a **“A Moção – CDU – (ANEXO QUATRO). Foi reprovada com 16 votos contra (10 votos do IN-OV + 1 votos do PS + 2 votos do PSD + 1 voto do IL + 1 voto PAN + 1 voto do Chega), 1 voto a favor da CDU e duas abstenções (2 votos do Evoluir Oeiras). -**

Quería ver se conseguia muito rapidamente elaborar um voto de louvor ao 25 de abril. -----

--- **Interveio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte: -----**

Senhor Presidente, posso? Não é necessário fazê-lo por escrito, neste momento pode fazê-lo oralmente, fica gravado e depois é só passar a escrito. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----**

Antes de avançar para o voto da Mesa referente ao 25 de Abril, temos ainda a Moção apresentada pelo Chega. Por um 25 de Abril dos Princípios da Liberdade e da Verdade Histórica. Todos receberam a moção atempadamente? Todos a leram? -----

“Moção – CHEGA – (ANEXO CINCO) -----

Por um 25 de Abril dos Princípios da Liberdade e da Verdade Histórica

A revolução de 25 de Abril de 1974 faz 49 anos e meio século é suficiente para começar a tratar o aniversário com objetividade e honestidade.

Durante meio século, o regime do Estado Novo negou liberdades fundamentais aos cidadãos portugueses e subverteu o processo democrático com eleições forçadas. A liberdade de expressão, a liberdade de movimento, os direitos políticos e a liberdade informativa foram feridos pelo salazarismo e apenas o Movimento das Forças Armadas conseguiu alterar a realidade opressiva vivida por duas gerações de Portugueses.

A bem da verdade é importante destacar que celebrar o 25 de Abril equivale a celebrar todas as tentativas de libertação do regime ditatorial, das quais 1974 foi apenas a derradeira – algo que todas as forças partidárias podem corroborar.

Enquanto representantes políticos temos, aliás, a responsabilidade de preservar a História e não apenas de celebrar os seus aspetos positivos. O 25 de Abril merece celebração, mas também debate, algo a que os defensores da abordagem crítica das ciências sociais deviam

ser especialmente recetivos. Na verdade, nos dias que correm, a crítica histórica degenerou inclusive para a vandalização e atentados aos monumentos nacionais, uma tendência incentivada pelo revisionismo e pelo saneamento trazidos pela revolução. Para além das mudanças anacrónicas à topografia, o Processo Revolucionário condenou muitos ao exílio, outros ao ostracismo social, procurando apagar da História todos os que trabalharam em prol da Nação durante os anos do regime.

O mesmo Movimento dos Capitães que derrubou a ditadura, permitiu graves violações dos direitos individuais como as nacionalizações e expropriações. Mesmo nos dias que correm, os cidadãos ainda sofrem censura ideológica diariamente nos órgãos de comunicação social e nas redes sociais.

Talvez mais criminoso foi um processo de descolonização em tudo lesivo para o Estado, irresponsável perante a História da nação e conivente com a limpeza étnica de 1 milhão de cidadãos nacionais, mais tarde mostrando-se ainda discriminatório para com ex-combatentes e 'retornados'.

Celebrar a Revolução dos Cravos não necessita a sacralização de actos muito humanos e muito imperfeitos, marcar a mudança de regime não obriga ao maniqueísmo político, relembrar o fim da ditadura não implica esconder todos os abusos subsequentes.

A História é perspectiva e a nuance é sabedoria. Por um 25 de Abril consciente e empírico.

Oeiras, 14 de Abril de 2023


Miguel Nunes Silva

pelo Partido CHEGA”

Vou desde já colocar esta Moção à votação para admissão. Quem vota favoravelmente a admissão da Moção do Chega? Braço no ar por favor. Quem vota contra? Quem se abstém?

“Moção – Chega – (ANEXO CINCO). Foi reprovada à admissão para discussão com 14 votos contra (10 votos do IN-OV + 1 voto do PS + 2 votos do PSD + 1 voto da CDU) e 5 votos a favor (2 votos do Evoluir Oeiras + 1 voto do IL + 1 voto PAN + 1 voto do Chega).

Muito sucintamente, não pode deixar-se passar pura e simplesmente por esta Assembleia a importância do 25 de abril, independentemente das forças políticas que aqui estão,



independentemente dos credos, independentemente de opiniões pessoais, individuais ou de grupo, todos temos a certeza de que o 25 de Abril mudou as nossas vidas, mudou Portugal e mudou para um Portugal melhor. Independentemente de respetivas influências políticas, experiências pessoais, não há qualquer dúvida que a liberdade que foi conquistada depois do 25 de Abril, trouxe com ela uma série de mais-valias; essas mais-valias são vistas não só na democracia que temos hoje em dia participativa, como são também exemplo o nosso querido Sistema Nacional de Saúde. Há coisas que são atualmente dadas como garantidas nos tempos que correm, é perigoso termos essa sensação, não vivi o 25 de Abril era demasiado pequeno para tal, estando vivo, mas ainda não vivia, mas conhecendo a história e conhecendo a história prévia ao 25 de abril, e fazendo um esforço para me colocar nessa história, porque é difícil contextualizarmos, quando não o vivemos, é fácil entender que, de facto, as coisas mudaram brutalmente para melhor, era impossível estarmos nesta sala a falarmos, a discutir uma série de coisas e até fora desta sala a enviar mensagens, telefonemas ou emitir algumas opiniões que fossem contra determinado regime e isso temos que agradecer ao 25 de Abril. Agradecer às forças da população, agradecer aos militares de Abril, agradecer aos políticos que logo a seguir conseguiram de uma forma mais ou menos atabalhoada, chegar a um ponto de equilíbrio e acima tudo, entender que grande parte das pessoas que sofreram na pele o 25 de Abril, são quem deveria estar aqui a falar e não eu. Fica aqui apenas a minha palavra de apreço a todos os que aqui estão e um agradecimento muito grande aos que contribuíram e continuam a contribuir para que haja Liberdade neste País, muito obrigado a todos. -----

Temos ainda um Voto de Protesto, a tal liberdade está expressa neste voto. -----

O Executivo da Junta de Freguesia emitiu um voto de Protesto no dia 2 de março, relativamente à instalação das zonas de estacionamento de duração limitada na área de geográfica da UFOPAC, enquanto Mesa achamos que deveríamos estar junto com esta posição e foi elaborado um voto de protesto que todos leram, portanto seguramente não terei que o ler novamente, mas queria que fosse votado e que caso seja aceite, seja enviado quer para a empresa Parques Tejo, quer para o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. ----

“Voto de Protesto – Assembleia – (ANEXO SEIS). -----

Tendo em consideração a recente tomada de decisão por parte da Empresa Parques Tejo em proceder à instalação de novas zonas de estacionamento de duração limitada (ZEDL) de

tarifação máxima em várias áreas respeitantes à geografia da UFOPAC;

Tendo sido esta Assembleia informada que o Executivo da UFOPAC não foi tido em consideração como parte importante a ser ouvida nessa decisão, tendo apenas a mesma sido comunicada por email quando já se encontrava em execução;

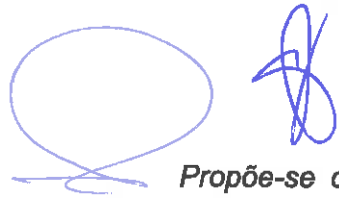
Tendo sido dado conhecimento a esta Assembleia acerca do voto de protesto formalizado pelo Executivo da UF e enviado a V. Exas. na data de 2 de março de 2023;

Sendo do conhecimento geral as várias manifestações públicas de desagrado, de munícipes, de grupos organizados de residentes e também de trabalhadores de comércio e empresas locais abrangidas por esta medida,

Vem esta Assembleia, reunida no dia 17 de abril de 2023, solidarizar-se com o voto de protesto apresentado pela UFOPAC e manifestar o seu desagrado, por medidas com esta abrangência populacional, não serem colocadas à discussão pública prévia nem admitirem a intervenção da Junta de Freguesia enquanto expoente máximo da proximidade do Poder Local com as populações.

Não podemos deixar de referir que nos congratulamos com a decisão de redução das tarifas máximas em alguns arruamentos, tomada de acordo com as recomendações à posteriori do Executivo da UFOPAC, mas parece-nos ter havido uma nítida falha de comunicação para com os munícipes já que a intervenção que se diz ter como objetivo ordenar e disciplinar o estacionamento está, na realidade, a promover um efeito em cadeia, levando os estacionamentos periféricos a albergar todos os veículos que tentam evitar esta cobrança, conduzindo a graves constrangimentos para os moradores, em arruamentos onde esse problema não existia.

Depositamos esperança na capacidade de resolução deste novo problema, esperando que não seja utilizada a metodologia de novas ZEDL's e de áreas de estacionamento exclusivo para moradores nas zonas residenciais, já que estas empurram o problema para jusante.



Propõe-se o envio deste voto de protesto à Empresa Parques Tejo com conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (UFOPAC).

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia

(Dr. Sérgio Tavares dos Santos)

17.abril.2023"

Gostava antes de mais abrir à vossa discussão, antes de qualquer votação, quero dar-vos a palavra, até para me explicarem se porventura, concordam, com o que é que não concordam e se porventura, podemos tomar mais alguma medida. Está aberta a discussão. Faça o favor, Senhora Cristina Alves da CDU. -----

--- Inteiro a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte: -----

Embora consideremos muito louvável e oportuna a iniciativa da Presidente da UFOPAC, temos, no entanto, uma condição que discordamos, porque a solução foi mitigadora, a alteração da tarifa da taxa vermelha para a taxa verde, no entanto, propomos que se defenda a eliminação de qualquer tarifação como acontecia no passado. É só esta a nossa observação, obrigada. -----

--- Inteiro o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Senhora Teresa Travassos do Evoluir, faça o favor. -----

--- Inteiro a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte: -----

O Grupo Político Evoluir Oeiras defende a regulação do estacionamento, pois é uma medida necessária à melhoria das condições de mobilidade e benéfica para os residentes. -----

Se o objetivo é reforçar o apoio da ação do Executivo, concordamos, vai ao encontro do que a nossa deputada Mónica Albuquerque, referiu na Assembleia Municipal ao denunciar o processo de instalação dos parquímetros sem informar, envolver as populações, dando a antecedência necessária a que todos os residentes, empresas e trabalhadores possam tratar dos dísticos. -----

A pressão do estacionamento é um problema endémico no concelho de Oeiras, consequência

de políticas erradas e obsoletas de urbanismo e mobilidade. -----

A negligência na aplicação das normas de acessibilidade do débil investimento num transporte público e na rede de mobilidade ativa deixa os munícipes de Oeiras, reféns do transporte individual e apavorados por não terem estacionamento à porta de casa. Perante isto, mantém-se o eterno ciclo vicioso, investimentos de estruturas rodoviárias a incrementar o uso do transporte individual. Com o crescimento urbano que se anuncia, todos os problemas de mobilidade tenderão a agravar-se, se não houver uma mudança de paradigma e como podemos constatar na recente apresentação do "Plano de Mobilidade Urbano de Oeiras", não há metas consequentes, nem ações calendarizadas para a inversão da atual tendência insustentável do Município; as metas apresentadas não têm qualquer ambição para a transferência do automóvel particular para o transporte público e modos ativos de mobilidade. Não partem de uma hierarquia clara, começa com o andar a pé, de bicicleta e segue com os transportes públicos, colocando no final o automóvel particular. -----

Perante o panorama que se antevê, gostaríamos de ver este Executivo e esta Assembleia, mais atenta a estas questões e com coragem de fazer os votos de protesto necessários na defesa dos interesses legítimos e sustentáveis dos seus fregueses. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

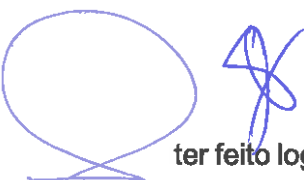
Muito obrigado. Valdemar Almeida, faça o favor. -----

--- **Interveio o Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Boa noite a todos. Senhor Presidente, iria votar contra esta proposta, não pela proposta em si, mas porque acho que a posição que a Junta tomou, não foi a mais correta. Primeiro porque a Parques Tejo ,é verdade que enviou muito tarde a comunicação à Junta, mas enviou no dia 22 de fevereiro. Acho que o Executivo quando recebeu a comunicação, devia ter pedido o adiamento da entrada em vigor desta medida da Parques Tejo, devia ter pedido o adiamento de um mês, aí tinha a legitimidade de poder fazer o voto de protesto, se a Parques Tejo assim o permitisse, ia falar com os seus fregueses e os comerciantes locais e só depois, caso a Parques Tejo não permitisse, é que o Executivo deveria fazer o protesto. -----

Gostava também de esclarecer a Senhora Teresa Travassos, em relação à Parques Tejo de





ter feito logo, não fez, deu um mês para as pessoas regularizarem, digo isto porque, enquanto representante dos Encarregados de Educação da Escola Joaquim Barros e da Escola Luís Freitas Branco, estive presente nas negociações que estiveram a decorrer por causa das zonas tarifadas, tanto que os professores passaram a ter uma tarifa própria entre a Parques Tejo e as escolas, passaram a pagar 14 € anuais e foi dado um tempo de 1 mês para as pessoas regularizarem a situação. Depois de ser anunciado tiveram um mês, em relação à Junta, estou totalmente de acordo com a posição da Junta, mas acho que se devia ter feito estes procedimentos, antes de se fazer o voto de protesto, devíamos ter primeiro pedido um adiamento à Parques Tejo de um mês, auscultar os nossos fregueses e só depois, é que deveríamos fazer este voto de protesto, é só por isso que vou votar contra. -----

---- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhor Nuno Costa do PAN, faça o favor. -----

---- **Inteiveio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, agora desta vez não votamos a admissão, estamos já a discutir, não tinha logo percebido isso e talvez, fosse interessante quando for assim, o Executivo explicar, primeiro fazer uma introdução da proposta, a minha questão, porque deixa-me aqui algumas dúvidas, para além de tudo o que foi exposto, é, o voto contra uma decisão de uma Empresa Municipal, que está em sintonia com o Executivo da Câmara, portanto, há uma divergência entre o Executivo da Junta e o Executivo da Câmara. Na abordagem em relação a este assunto teria sido interessante, previamente, haver uma introdução ao tema e uma explicação porque não estou a ver o Dr. Isaltino enganar-se, portanto o que é que ocorreu para que o Executivo da Câmara ter decidido dar OK à Empresa Municipal e o Executivo da Junta está contra sendo da mesma cor política, talvez pudessem ter feito uma introdução, explicar o que é que está em causa. -----

---- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Provavelmente, não estive cá quando disse inicialmente que houve um voto de protesto enviado pelo Executivo da Junta de Freguesia. Relativamente à forma como foi feita toda esta situação, e é na sequência desse voto de protesto que a Assembleia se está a

solidarizar com esse voto. Esta é a forma mais importante de colocar a situação. Se quiser utilizar isso, politicamente para dizer que há uma discordância entre o Executivo da Junta de Freguesia ou até o Presidente da Assembleia ou a Mesa ou a Assembleia toda e a Câmara Municipal, são as suas palavras, na realidade o que está aqui bem expresso é uma insatisfação quanto à forma como as coisas foram feitas e é isso que está aqui bem expresso, caso tenha lido. -----

Mais questões? -----

--- **Intervio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, será possível acrescentar o facto de os oeirenses na sua grande maioria, ou seja, desde que isto foi implementado tanto quanto consegui apurar, os aumentos dos dísticos a residentes foram muito poucos, as pessoas não estão devidamente informadas, como podem pedir os dísticos de residente, se fosse possível pedir à Parques Tejo. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Antes de avançar, Joana, hoje recebemos da Parques Tejo e foi enviado para todos da Assembleia, penso eu, uma informação referente a uma aplicação na "App Oeiras Move", que será brevemente colocada e inclusive uma atualização do site da Parques Tejo, no sentido de facilitar a maior rapidez e acessibilidade, exatamente ao pedido destes dísticos entre outras coisas, portanto sim, vai nesse sentido, recebemos hoje. -----

--- **Intervio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada, não vi. -----

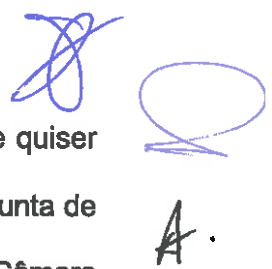
--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

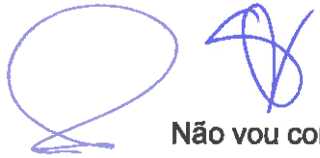
Faça o favor, Senhora Teresa Travassos do Evoluir. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Agradeço o esclarecimento que me prestou, de qualquer forma pergunto; um mês é tempo suficiente para as pessoas tratarem do dístico? Se o processo foi bem encaminhado e se de facto teve a participação pública que se esperaria. Porque é que houve da parte das pessoas uma reação tão grande? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----





Não vou começar a fazer ping pong, vamos fazer o seguinte: antes de mais, vou dar a palavra ao Executivo porque penso que foi diretamente. -----

A . --- **Interveio o Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Peço imensa desculpa, Senhor Presidente, mas é um esclarecimento, eu não disse que houve uma auscultação ao público, não disse isso, disse que podia ter havido, é diferente. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. É um aspeto importante. Dou a palavra ao Executivo, penso que a Dra. Madalena quer esclarecer alguns aspetos. -----

— **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

O Executivo da Junta não discorda que é preciso regular e disciplinar o estacionamento; o Executivo da Junta não discorda que há zonas que devem ser tarifadas, nomeadamente as zonas junto às praias e que estão nas primeiras linhas do mar; o Executivo tem inclusivamente, transmitido à Câmara, que há zonas que ainda não foram, mas que devem ser tarifadas nomeadamente a zona da Medrosa e toda aquela zona na envolvente, aliás, a norte da praia de Santo Amaro e da praia da Torre. Aquilo com que o Executivo discorda é que, tudo foi feito à revelia e sem informação à Junta de Freguesia, porque não é com 8 dias de antecedência, que se dá uma informação destas. Discordamos completamente, mais, a Câmara Municipal tem por regra, quando faz alterações de trânsito ou de tráfego, consultar a Junta de Freguesia e esta Junta de Freguesia, tem a preocupação de, em tempo útil, enviar à Câmara o nosso parecer, as nossas sugestões sobre eventuais alterações de trânsito. Neste caso, não só não nos auscultaram como nos informaram a uma quarta-feira, não estive na quinta e na sexta. Não é racional que se pense que a Parques Tejo faz aquilo que a Câmara não manda fazer, obviamente, que se a Parques Tejo tarifa toda esta zona, é porque tem instruções da Câmara para tarifar toda esta zona, não discordamos que alguns arruamentos sejam tarifados nomeadamente tudo o que está na envolvente do Hospital da Luz, quando vou ao Centro de Saúde de Oeiras pago estacionamento, portanto, não é racional que na envolvente do Hospital da Luz, onde deve haver alguma flexibilidade de estacionamento, até para a entrada e saída das pessoas que recorrem àquela unidade de saúde, que o

estacionamento seja gratuito. Assim que soube disto liguei para a Parques Tejo – já estou a dar pormenores - a comunicação não foi dada à Junta pelo Presidente, foi um técnico por instruções do Presidente da Parques Tejo com quem falei. Disse-lhe telefonicamente é certo, que discordava completamente disto, a resposta que me foi dada foi que era irreversível e que estava decidido e de facto, a Junta de Freguesia não só discorda do método como discorda da tarifação em zonas densamente povoadas e marcadamente urbanas. Uma coisa é tarifar em determinadas zonas, que têm grande procura, que precisam de flexibilidade de estacionamento de entrada e saída de viaturas, outra coisa, é tarifar, numa primeira fase com tarifa vermelha nas zonas marcadamente urbanas. -----


Devo dizer-vos como testemunho pessoal, que a zona onde moro deixou de ter estacionamento, claro que não está tarifada, mas as pessoas principalmente quem trabalha naquelas pequenas empresas que estão ali sediadas, procura o estacionamento na envolvente e que não é pago. Portanto os métodos da Parques Tejo têm que ser revistos, tem que ser feita uma informação prévia, não só à Junta de Freguesia ou às Juntas de Freguesia, como à população, informar como é que as pessoas podem tratar do dístico de residentes, atempadamente. E não é por acaso que a Parques Tejo por instruções do Senhor Presidente da Câmara, certamente, influiu algumas decisões e começou a negociar com algumas empresas e com alguns estabelecimentos escolares que estão sediados na zona. Portanto a nossa posição mantém-se, sabemos que houve alguma revisão das soluções, nomeadamente para profissionais de educação, para os profissionais da autarquia, para os profissionais do Hospital da Luz, continuamos a discordar deste método, destes princípios de não informação. Somos eleitos, não somos nomeados, merecemos o respeito pela eleição de quem nos elegeu e discordamos completamente. Defendemos os princípios do desenvolvimento, mas não defendemos estes métodos. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Um pequeno reparo, Valdemar, muito rapidamente, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Muito rápido. Tendo ouvido as declarações da Senhora Presidente e acredito no que a



Senhora Presidente diz, vou mudar o meu sentido de voto, ia solicitar que neste nosso voto que se acrescente que a Parques Tejo não quis alterar a posição a pedido da Senhora Presidente da União de Freguesias. -----

A --- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Não entendi o que pretende alterar. -----

--- **Intervio o Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Que se acrescentasse que além de ter sido só transmitido por e-mail, após contacto telefónico da Senhora Presidente, que não alteraram a sua posição. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, só para esclarecer que a pessoa que me atendeu o telefone não tinha poder para alterar coisa nenhuma, foi um técnico da Parques Tejo, foi quem me atendeu. ---

--- **Intervio o Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Mas o técnico da Parques Tejo tem a competência de transmitir a quem de direito a sua solicitação, Senhora Presidente, desculpe. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Não quero entrar em diálogo, mas tanto fez chegar a quem de direito, que fez chegar ao Senhor Presidente da Câmara, eu própria falei diretamente com o Senhor Presidente da Câmara, não há nada escrito, transmiti o meu protesto ao Senhor Presidente da Câmara e ele disse que vivemos em democracia felizmente, o 25 de abril permitiu que estivéssemos aqui e que tivéssemos opiniões diferentes uns dos outros e o Senhor Presidente disse-me isso, *estamos em democracia*, o que é facto e que sei, é que logo a seguir houve alterações de decisões e isso é visível na alteração da tarifação, nos acordos que foram feitos com os profissionais de saúde, com os profissionais de educação, portanto valeu a pena o protesto. -

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Basicamente o seguinte o que me é proposto enquanto Mesa, encontra-se aqui escrito quando diz; "*não podemos deixar de referir que nos congratulamos com a decisão de redução das tarifas máximas em alguns arruamentos, tomada de acordo com as recomendações à posteriori do Executivo da UFOPAC*", portanto chegou lá a informação e houve até algum

retorno. Muito obrigado. -----

Faça o favor, Senhora Joana Santa Marta do PSD. -----

--- **Intervio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

Questionava se o resultado dessa alteração, já veio por escrito para a Junta de Freguesia. --

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Lamentavelmente não, sabemos através dos cidadãos. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Senhor Miguel Silva do Chega, por favor. -----

--- **Intervio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, para compreender, porque é que este voto de protesto não foi votado para ser admitido à discussão? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

O voto é da Assembleia, da Mesa, não vou permitir a mim próprio ou não permitir à Mesa, emitir um voto, vocês podem é reprová-lo pura e simplesmente. -----

Sendo assim, em relação a este voto de protesto, votos favoráveis? Braço no ar. -----

“Voto de Protesto – Mesa da Assembleia – (ANEXO SEIS). Foi aprovado com 15 votos a favor (10 votos do IN-OV + 2 votos do PSD + 2 votos do Evoluir Oeiras + 1 voto do IL) e quatro abstenções (1 voto do PS + 1 voto da CDU+ 1 voto PAN + 1 voto do Chega). –

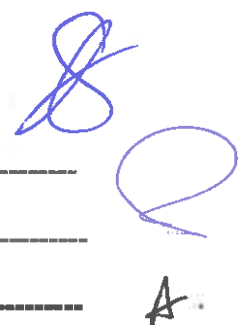
Muito obrigado a todos. -----

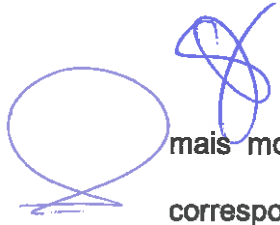
--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Faça o favor, Senhor Nuno Costa do PAN. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Posso fazer uma declaração de voto? Gostava de saudar a Senhora Presidente na pessoa do Executivo, pela coragem que teve de fazer um voto contra uma decisão camarária, acho que isso é louvável. A razão da abstenção do PAN tem a ver, não valorizamos tanto, a questão da informação atempadamente, o relacionamento entre as duas instituições, valorizamos mais, a questão técnica se as pessoas devem ser ou não tributadas no pagamento. Tendo presente, que há um movimento de cidadãos contra esta situação e verifico que cada vez, há





mais movimentos cidadãos e na minha opinião decorre de os partidos não estarem a corresponder às expectativas dos munícipes e dos fregueses, eles têm necessidade de fazer movimentos de cidadãos para resolver os seus problemas, não é o único este dos parquímetros, essa é a razão da abstenção. Muito obrigado. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Faça o favor, Senhora Cristina Alves da CDU. -----

--- Interveio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte: -----

Também é uma declaração de voto. Apesar da CDU de forma global estar concordante com os termos deste voto de protesto, inclusive foi positivo o recuo da Parques Tejo, relativamente à classificação de zona vermelha para zona verde, a CDU considera porém, que essa alteração não corresponde à vontade dos movimentos de cidadãos que têm contestado a criação das ZEL e reitera, aquilo que já havia mencionado, que se deverá exigir que se mantenha a situação anterior de zona de estacionamento gratuito, por esse motivo a nossa abstenção de voto. Obrigada. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Vamos entrar e desde já declaro aberto o PAOD. Quem quer intervir? Faça o favor, Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras. -----

--- Interveio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte: -----

Na passada Assembleia apresentamos uma proposta para a criação de um Espaço Cidadão que foi rejeitada pelo Presidente da Mesa, de acordo com a alínea d) do artigo 16º do Regulamento desta Assembleia, o Presidente pode rejeitar propostas, verificada a regularidade regimental, a justificação dada de que já existiam não confere à nossa proposta irregularidade regimental, já que a mesma não nega a existência, mas ressalta a insuficiência e a necessidade de as reforçar em locais acessíveis por transporte público, consideramos que não foram respeitados os direitos dos membros da Assembleia previstos no artigo 12º do Regimento e que a proposta deveria ter sido submetida à aceitação para a discussão pela Assembleia. Apesar de não termos recorrido, não podemos deixar de lamentar o sucedido, obrigado. -----

----- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras, faça o favor. -----

---- **Interveio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ----

Queríamos perguntar informação à Junta, sobre a obra do SIMAS em Caxias que de 100 dias passou para 300 dias com implicações nas ruas do Lagoal e na passagem de autocarros. ---

Também referente à obra de Paço de Arcos em que o corte dos dois passeios, obriga as pessoas a andarem a caminhar pela estrada, em Paço de Arcos junto aos antigos bombeiros.

Sabemos que 4 das 5 Juntas do Concelho de Oeiras, estão a desenvolver os regulamentos e os procedimentos para a criação das Unidades Locais de Proteção Civil, pretendemos que nos seja informada se a UFOPAC é uma dessas Juntas. Se sim, o que é que está a ser feito?

Outra pergunta, em audiência prévia da UFOPAC, relativamente à isenção de IMI prevista no projeto de regulamento do programa de "Renda Acessível" do Município, a Senhora Presidente afirma na sua pronúncia enviada ao Município com a referência, presumo que é 0021/EXE de 2023, que perante a previsível redução de receita da UFOPAC continua na expectativa da revisão da Delegação de Competências, e que a mesma permita a compensação dessa redução. Solicitamos o esclarecimento sobre quais as novas competências a delegar e como é que pode compensar a redução do IMI, tenho dito. -----

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, dou a palavra à CDU, faça o favor. -----

---- **Interveio a Senhora Ana Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Quero chamar a atenção a algumas situações que foram reportadas à CDU, nomeadamente por moradores do Bairro Joaquim Matias, que têm alguns problemas, passo a enumerar: relativamente aos transportes deveriam de ser mais frequentes e prolongar-se além das 21horas em sintonia com os horários dos comboios. O estacionamento é um dos principais problemas neste bairro, está a necessitar de alternativas urgentes e também ainda no bairro Joaquim Matias, há questões em relação às zonas verdes, sendo que há árvores antigas especificamente na Rua José Henrique que no interior de um tronco oco, inclusivamente há ninhos de ratos e os plátanos estão a estender demasiado as suas folhagens e já começam



a bater também nas janelas, isto é uma situação que está a ser incómoda para as pessoas nesta rua. -----

A Outra situação que gostaríamos também de apresentar, diz respeito ao estado de conservação do Centro de Saúde de Paço de Arcos, que apresenta um aspeto degradado, o exterior encontra-se partido, os caixotes do lixo estão caídos no parque de estacionamento e o revestimento as paredes tem muitas zonas, em que inclusivamente os azulejos descolaram, caíram, o edifício está claramente a necessitar de reparação urgente e manutenção mais cuidada do seu espaço exterior e chamamos à consideração esta indicação. -----

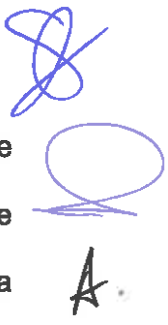
Também uma última chamada de atenção, desta feita relativamente à falta de iluminação pública na Avenida Conselheiro Ferreira Lobo, em Caxias, situação esta que inclusivamente facilitou um furto que ocorreu num dos estabelecimentos comerciais na dita Avenida. Deixamos estes alertas à consideração do Executivo da UFOPAC, no sentido da sua intervenção junto do Executivo Camarário para serem encontradas soluções. -----

--- **Inteiveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao PAN, faça o favor. -----

--- **Inteiveio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, o meu colega de bancada já tocou neste ponto, mas também quero tocar na questão do que se passou na última Assembleia, o Chega apresentou uma recomendação que tinha a ver com um louvor à Polícia Judiciária no combate à corrupção e o Senhor Presidente unilateralmente não aceitou. O PAN porque fez uma recomendação sobre formação, o Senhor Presidente unilateralmente não aceitou. O Evoluir Oeiras fez outra recomendação, o Senhor Presidente também não aceitou, evocando regulamentos que não me parece de todo que sejam plausíveis. A única proposta que aceitou foi a da CDU, essa sim, estava irregular. Queria sensibilizar o Senhor Presidente para a questão da legitimidade política, as cabeças de lista são pessoas que deram a cara nas eleições e houve pessoas a votar nelas, o Senhor Presidente se conhece bem de certeza a realidade política de Oeiras, o seu movimento ganha eleições por ter um candidato chamado Isaltino Morais, pouca mais gente do seu movimento tem legitimidade política, independentemente dos resultados para



reivindicar grande coisa, inclusive, por norma os outros candidatos têm resultados piores que o da Câmara do Dr. Isaltino. No meu caso, por exemplo, tive o melhor resultado do PAN de Oeiras, houve pessoas que quiseram votar em mim. Quando me apresento aqui com uma proposta, com uma questão que os cidadãos que votaram em mim e que os estou a representar me pedem, sensibilizava o Senhor Presidente, quem é o Senhor Presidente? Que não é cabeça de lista, ninguém sabe quem é o Senhor que provavelmente, se fizer um movimento sozinho e se candidatar não é eleito, para dizer o que é que pode ou não pode vir aqui ser discutido. -----

Por princípio o PAN acha que todas as propostas, se não tiverem uma situação de absurdo, devem ser postas à discussão, porque quem as traz, foi escolhido tiveram votos, tem legitimidade para isso, depois são aprovados ou não, é o percurso natural, dito isto, apesar de parecer que não quer reconhecer, nitidamente, há uma postura diferente nesta Assembleia do que houve na anterior e nesse aspeto, queria louvar o Senhor Presidente, porque parece-me que está muito mais assertivo nesta reunião e muito mais democrata. Acho que é importante as pessoas quando apresentam as recomendações como foi há bocado, quem apresenta deve fazer uma apresentação, explicar as coisas como foi o caso do voto, mas tirando isso, acho que este é o caminho, é de permitir, respeitar o voto dos cidadãos e permitir, não se elimine unilateralmente, o que é que pode ou não pode vir, porque não se percebeu na última reunião das quatro que apresentaram, a única que era irregular, foi a que o Senhor Presidente aceitou, as outras 3 podiam ter sido no limite postas à votação. Mas registo, que me parece que há uma postura diferente, o que me parece um bom caminho, obrigado. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, mais alguma intervenção? Chega, faça o favor. -----

---- **Intervio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, Senhor Presidente. Na sequência da intervenção do meu colega, posso acrescentar do ponto de vista do Chega, não vemos o Senhor Presidente como mais democrático em relação à última Assembleia, muito obrigado. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----



Joana Santa Marta, faça o favor. -----

--- **Intervieio a Senhora Joana Santa Marta do PSD para dizer o seguinte:** -----

A. Desta vez não venho falar do estacionamento da SIC, prometo, já dou como uma causa perdida. A questão que venho colocar tem a ver com o estacionamento da Misericórdia no centro de Oeiras, o estacionamento não tem luz, o estacionamento não tem segurança, precisa de ser requalificado, garantidamente que não é uma competência da Junta, mas solicito que possa ser pedido à Câmara Municipal alguma atenção, porque tem havido alguns problemas lá e as pessoas naturalmente que nos identificam e vêm fazer essas reclamações. Relativamente às obras do mercado de Caxias, agradeço em nome dos Caxienses, a obra que está a ser preparada, é realmente muito importante que a obra seja feita e pergunto e deixo uma sugestão à Senhora Presidente, as lojas que temos e que estão arrendadas, têm muita dificuldade em concretizar o seu negócio, tem sido muito difícil e a verdade é que me deram uma sugestão que não sei até que ponto é aproveitável. Será que é possível fazermos a entrada para a Junta pelo lado da frente do edifício? Obrigando as pessoas a passarem pelas lojas para chegarem à Junta de Freguesia? Ou seja, as bandeiras estão do lado de cá, relativamente a isso não haveria qualquer dificuldade as bandeiras estão do lado da frente do edifício, a Junta está do lado de trás, será possível pensar, aproveitar a requalificação e fazer essa alteração? De maneira que as pessoas para se deslocarem à Junta de Freguesia, tenham que atravessar as lojas e aí haver um bocadinho mais tendência para a utilização das mesmas. Se for possível pensarem nesse assunto, agradecia. -----

Outra das coisas que tem acontecido em Caxias e já foi referido pela nossa colega da CDU, são os assaltos, tem havido muito mais assaltos a vivendas, tem havido muito mais assaltos não só na Conselheiro Ferreira Lobo, mas por aquela zona toda, a iluminação pública por vezes está deitada abaixo e por exemplo não Praceta Largo Alves Redol não é anormal estarmos sem luz à noite até bastante tarde, sei que mais uma vez, não é uma questão da Câmara, mas tem havido um acréscimo muito grande de assaltos a vivendas, a residências e especialmente a automóveis, os roubos dos catalisadores têm sido um achado em Caxias, será possível pedir algum reforço à PSP ou à Polícia Municipal? Muito obrigada. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, dou a palavra ao Senhor Luís Pinho, lembrando que tem 4 minutos. -----

--- **Interveio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

No seguimento do que a colega disse, os catalisadores isso continua a haver assaltos, já em Assembleias anteriores tínhamos falado com a inoperância do posto de Caxias da PSP, deveria ser revisto, devia-se pressionar a PSP a pôr aquele posto ativo. -----

Outra coisa, na Rua do Loureiro, em Caxias, onde pára a camioneta do lixo, o terreno está todo abatido, em frente ao sítio dos caixotes do lixo e já houve dois carros que bateram lá por baixo e não sei se fizeram participações ou não, deviam ter feito, ficaram com o cárter agarrado ao chão, devia ser revisto. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. PAN, faça o favor, tem 8 segundos. -----

--- **Interveio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Não sei bem a quem é que me devo dirigir, mas queria dar os parabéns, penso que é ao Executivo pelo que a Senhora Presidente disse da última vez, pela requalificação do campo no Jardim Municipal de Paço de Arcos, não sei se foi o Engenheiro João Freire que fez a obra, não sei se é quem tem o pelouro do desporto, tenho esta ignorância, não sei a quem devo, mas penso pelo que a Senhora Presidente disse, foi a Junta que fez a obra, queria dar os parabéns porque ficou bem requalificado. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Outras de intervenções? Não há, então sendo assim vou dar a palavra ao Executivo, não sei antes lhe responder que me sinto tão lisonjeado por tê-lo nesta Assembleia, tenho aprendido imenso consigo e é com muita felicidade que eu não o conhecia e passo a conhecer cada vez melhor. Dito isto, dou a palavra à Senhora Presidente do Executivo, faça o favor. -----

--- **Interveio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Ainda ficamos amigos. -----

--- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----



Peço desculpa, vou procurar dar as informações que dispomos de acordo com as intervenções. -----

A obra do SIMAS em Caxias tanto quanto sabemos, está concluída bem como a requalificação do antigo edifício dos Bombeiros de Paço de Arcos, vai ser inaugurado o Centro Cultural de José de Castro no próximo dia 28 de abril e a Unidade de Saúde, penso que será também no mesmo dia. -----

Relativamente à criação das Unidades Locais de Proteção Civil, no final do ano passado houve uma primeira reunião com todas as Juntas de Freguesia, para a criação das Unidades Locais de Proteção Civil. Esta União de Freguesias há 3 anos atrás tinha sugerido ao Senhor Presidente a criação de uma unidade local a título experimental em Oeiras; o Senhor Presidente na altura disse-me que ia refletir e pelos vistos estamos agora em vias de corporizar as Unidades Locais de Proteção Civil. Como referi, houve uma primeira reunião no final do ano passado, houve uma proposta de regulamento enviada para as Juntas no início deste ano, e houve a nossa resposta logo a seguir, não tenho aqui as datas, mas fizemos a nossa manifestação sobre aquela proposta pouco tempo depois. Estamos a aguardar a versão final, embora saiba que há muitos recursos mobilizados por causa das Jornadas Mundiais das Juventude, que estão em fase de organização, a Proteção Civil e a Segurança Pública têm muitos planos para fazer e para ativar para o mês de agosto. Relativamente à questão suscitada pela Senhora D. Teresa, da resposta que demos relativamente à isenção do IMI, a Câmara Municipal de Oeiras reduziu o IMI para o mínimo possível, não discordamos, só que a Junta recebe uma pequena percentagem do IMI, conseqüentemente vai haver também redução para a Junta. Como é que vai ser a compensação, não sabemos, aquilo que propusemos ao Senhor Presidente da Câmara, já há quase 2 anos, foi a revisão da delegação de competências para reforço das verbas e para já dentro das mesmas competências que estão delegadas às Juntas, quer na intervenção do parque escolar, quer na intervenção do espaço público. -----

A CDU referiu o Bairro Joaquim Matias, devo dizer que não há nota que as pessoas do Bairro Joaquim Matias, que é muito próximo da Junta de Freguesia da delegação de Paço de Arcos,

se dirijam à Junta para reclamar estas questões. O estacionamento é muito difícil, todos os terrenos que há ali ou são do Quartel, onde não se pode entrar ou são da Escola Náutica que é propriedade do Estado Central, portanto o espaço público não aumenta, é aquele, não é outro. -----

Zonas verdes na Rua José Henriques vamos sinalizar esta situação à Câmara Municipal e também falou na questão dos caixotes do lixo e da Rua Conselheiro Ferreira Lobo. -----

--- **Intervio a Senhora Ana Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Peço desculpa por interromper em relação ao estado de conservação do Centro de Saúde de Paço de Arcos. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

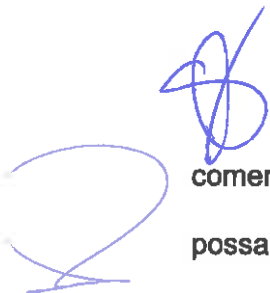
O Centro de Saúde de Paço de Arcos foi construído pela Câmara, mas não é da Câmara. O Centro de Saúde de Paço de Arcos foi mais uma dádiva da Administração Local à Administração Central, os recursos da Câmara de Oeiras também são finitos, de todo o modo, no que diz respeito ao ambiente, vamos sinalizar esta situação à Câmara Municipal, assim como a falta de iluminação pública; se são lâmpadas fundidas nos candeeiros dos postos instalados, basta um telefonema para a Junta ou para a Câmara, nem a Junta nem a Câmara podem substituir lâmpadas na via pública, mas o que fazemos sempre é participar à EDP, habitualmente ao fim de 48 horas resolve as situações, mas temos de saber, temos muito poucos recursos humanos, não sabemos quais são as lâmpadas que estão fundidas, onde é que não há iluminação. -----

Agradeço as felicitações do PAN, as obras no espaço público são feitas pela Junta, mas todas no âmbito da delegação de competências, cada um de nós tem as competências que estão devidamente explanadas na informação trimestral, mas as obras são da Junta, não são de "A, B ou de C", são da Junta. -----

O PSD falou na questão de estacionamento da Santa Casa, eu própria já tive problemas à noite porque, de facto, não há iluminação pública. -----

Alteração das entradas da Junta de Freguesia, acho muito difícil, principalmente por razões de segurança, não é que tenhamos grandes bens, não temos e também porque as áreas





comerciais que ali funcionam têm horários muito reduzidos, ao contrário do que as pessoas possam pensar, o horário mais longo é o do talho, tudo o resto é muito reduzido. -----

Falta de iluminação no Largo Alves Redol deve ser a mesma questão, devem ser lâmpadas de candeeiros fundidas. -----

A --- *Autor inaudível, microfone desligado.* -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Então deve ser uma falha na rede naquele circuito, vamos dar nota disso. -----

O Senhor do Bloco de Esquerda. -----

--- *Autor inaudível, microfone desligado.* -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Evoluir, a inoperância do posto da PSP é um assunto para fazerem uma moção, deixo essa sugestão, uma moção de protesto ou o que entenderem. -----

--- *Autor inaudível, microfone desligado.* -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Vale, vale, a responsabilidade é da Administração Central, não é nem da Câmara, nem da Junta, aquilo que nos referem cada vez que fazemos protestos, é que aquilo é um posto administrativo e ficamos por aqui. Façam uma recomendação, uma moção aquilo que entenderem. -----

Os roubos no território em Caxias, também existem em Oeiras, em Paço de Arcos, é por todo o lado, infelizmente, é aquilo que nos parece e isto é empírico, não temos dados, é que as coisas têm tendência a ficar piores, vamos ver o que é que o futuro nos reserva. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

--- *Autor inaudível, microfone desligado.* -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Tem de ligar o microfone, por favor. -----

--- **Intervio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Faltou a rua do Loureiro, aquilo que lhe disse do abatimento, onde o camião do lixo pára. ---

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Sim, tomei nota. -----

--- **Intervio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Obrigado. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Mais alguma intervenção do Executivo? Sendo assim vamos sair do PAOD e vamos entrar na nossa ordem de trabalhos. -----

1. Aprovação da Ata n.º 07/2021-2025; -----

Queria ressaltar que o Grupo Político Evoluir Oeiras, enviou através da D. Teresa o seguinte e-mail: -----

"Após as eleições fomos informados que a coligação ficava extinta por via da lei eleitoral.

Uma vez que as 3 forças políticas que constituíram a coligação decidiram manter-se unidas, a nossa designação passou a ser "Grupo Político Evoluir Oeiras. Para que a nossa designação seja uniforme em todos os órgãos onde estamos representados, venho solicitar, se ainda for a tempo, a correção na ata n.º 6, e que passemos a ser designados por Grupo Político Evoluir Oeiras em todos os atos e documentação que seja elaborada".

Concordo integralmente como é evidente, só não concordo com a correção da ata n.º 6, vamos já votar a ata nº 7. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

A seguir enviei um email que corrigia o lapso. A minha dúvida é como foi entregue hoje, se ainda seria possível. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Pronto, corretíssimo. Portanto onde for lido Coligação Evoluir Oeiras, passaremos sempre a ler e a redigir Grupo Político Evoluir Oeiras, basicamente é o que vai acontecer daqui em diante, inclusive nesta ata que vai ser votada hoje. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Na ata não pondo em causa o voto favorável, só queria fazer uma pequena observação a uma referência à minha saída da sala que consta na página 35, acusando-me de ter saído para não ouvir as respostas, saí por necessidade fisiológica, tenho respeito por esta Assembleia e

consideração por todas as respostas, que me são dadas e lamento que a Senhora Presidente tenha aproveitado a minha saída para dar uma resposta que me era dirigida. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

A Posso Senhor Presidente? Está-se a referir à ata de que reunião? -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

É a esta, ata nº 7 da 5ª reunião ordinária. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Qual é a data? -----

---- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ----

Da última reunião. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

É ata nº 7/2021-2025 foi no dia 19 de dezembro de 2022 e que diz; " *Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: Muito obrigada. Não tenho muita informação para dar sobre as questões que foram suscitadas. A Senhora D. Teresa saiu, não deve querer respostas.*"

Acho que a Senhora Presidente do Executivo, penso que não estava cá. -----

---- **Autor inaudível, microfone desligado.** -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Estava cá, estava, na anterior a essa é que não estava. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

É verdade, na anterior é que estava o Arquiteto Rui Aboim. É o que está cá dito, a ata é exatamente para o que se queira ou não queira, é a transcrição, tem direito a dizer isso, como é evidente, fica assinalado. CDU, faça o favor. -----

---- **Intervio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Só para deixar claro, que vou abster-me da votação porque não estive presente. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Chega, por favor. -----

---- **Intervio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Semelhante porque não estive presente. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Mais alguma intervenção? Vamos proceder à votação por braço no ar. Votos favoráveis?

Votos contra? Abstenções? -----

1. A Ata nº. 7/2021-2025. Foi aprovada por maioria com dez votos a favor (6 votos do IN-OV + 1 voto do PSD + 2 votos do Evoluir + 1 voto do IL) e nove abstenções (4 votos do IN-OV de Sofia de Almeida, Ana Rita Amaro, Sandra Costa e Valdemar Almeida + 1 voto do PSD de Carla Duarte + 1 voto do PS + 1 voto da CDU + 1 voto do PAN + 1 voto do Chega). -----

--- **Interveio a Senhora Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Senhor Presidente, desculpe, para que fique mencionado em ata, estou-me a abster porque não estive presente. Muito obrigada. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Vamos desde já passar ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

2. Apreciação e Votação da Deliberação n.º 37/2023 – Protocolo a celebrar com a ANAFRE, no âmbito da colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas”; -----

Está aberta a discussão. Faça favor, D. Teresa Travassos do Evoluir Oeiras. -----

--- **Interveio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

É um pequeno comentário, é lógico que é uma pequena medida que não resolve o problema da pobreza energética, uma das situações que nos preocupa, é a questão dos isolamentos térmicos dos edifícios por exemplo, até que ponto a Junta terá uma participação em ajudar e apoiar as famílias, quando houver o próximo programa de habitações sustentáveis para que possam candidatar-se e possam ainda tentar resolver o problema do isolamento térmico e fazer diligências também junto da Câmara para que a Câmara resolva esse problema no seu parque habitacional, é um pequeno comentário. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----





Mais alguém quer intervir? Chega, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Se não estou em erro, de acordo com os documentos que nos foram enviados, a despesa que estava no orçamento com este programa era de 60.000,00 (sessenta mil euros)? Ou não vi bem. -----

--- **Autor inaudível, microfone desligado.** -----


--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Dou a palavra ao Executivo, faça o favor. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Como eventualmente devem ter percebido e, lamentavelmente, este protocolo resulta de um acordo que a ANAFRE fez com a Administração Central, no sentido de dar através das Juntas de Freguesia, um apoio de € 10 por cada bilha de gás que os consumidores comprovadamente adquiram, desde que tenham um conjunto de requisitos e de indicadores de pobreza, nomeadamente tarifa social de energia e rendimentos baixos. Devo dizer-vos que para mim - e agora vou ter uma intervenção mais política -, este é um dos impulsos de generosidade para não lhe falar em caridade do Governo do Partido Socialista para com os mais pobres. É inacreditável, as medidas avulsas que este Governo tem vindo a publicitar hoje tivemos a última de atualização das pensões que ainda não é o que estava contratualizado, mas é mais uma, é € 125,00, é metade da reforma, é a bilha de gás, é um banco alimentar: estamos de facto, num caminho muito complicado, reformas estruturais não vimos, as pessoas não têm o rendimento adequado para conseguirem sobreviver com dignidade e vamos tendo estes paliativos que quanto a mim e enquanto Social Democrata, são altamente demagógicos e enganadores da qualidade de vida que pretendemos para a comunidade. -----

Peço desculpa, Senhor Presidente, estar a falar daquilo que não devo, tenho memória do que foi antes do 25 de abril, nos movimentos estudantis e ligados à igreja católica, fui das pessoas que lutou pelo 25 de abril. Fiquei felicíssima, talvez seja a pessoa mais velha desta sala, está ali um cidadão que talvez seja um bocadinho mais, devemos ser mais ou menos dessa



geração, mas de facto não esperava este caminho. E este protocolo que aqui se propõe à Assembleia de Freguesia, é justamente para dar o apoio aos cidadãos que tenham baixo recursos e que adquiram bilhas de gás para confeção de alimentos ou para aquecimento do lar. A Junta e a Junta de Freguesia têm obrigação de os receber, de organizar procedimentos e de pagar, foi o que foi noticiado na comunicação social antes de qualquer consulta às Juntas de Freguesia. Isto é grave, não só porque as Juntas de Freguesia não têm disponibilidade orçamental para isso, como é enganador das pessoas que têm esta necessidade, os cidadãos têm que nos deixar prova de que têm baixos rendimentos e têm tarifa social de energia, temos que organizar o procedimento e depois tem que ser remetido para a ANAFRE que aprova, ou não, a concessão deste apoio. Para além disso, foi libertado pelo Governo nos termos do Orçamento de Estado, 3 milhões de euros para esta medida para o país inteiro, quando os 3 milhões acabarem, não há mais nada para ninguém, o que significa que estamos a receber pessoas, estamos a alimentar expectativas e se os 3 milhões acabarem em junho, julho ou agosto, acabou a medida. Portanto, este protocolo vem aqui porque é uma forma de regularizar esta situação com a ANAFRE e com a Assembleia de Freguesia, que tem obviamente, o direito de ter conhecimento destas situações e tem obrigação de aprovar ou não este protocolo. Não queremos de modo nenhum gorar as expectativas que ao nível da comunicação social o Governo já criou junto dos cidadãos. Discordo completamente que os apoios sejam dados desta forma, acho que o salário mínimo devia ser muito maior e acho que os rendimentos das pessoas deviam ser de acordo com a criação de riqueza no País. Já agora dizer-vos que, isto esteve em vigor desde outubro do ano passado, a Junta de Freguesia assumiu esta despesa, através do Fundo Solidário que conhecem, só tivemos 18 cidadãos que se candidataram a este apoio, este ano e para responder ao Chega, previmos € 60.000,00 (sessenta mil euros), porque não sabemos quantas pessoas é que têm tarifa social de energia. Dirigimos um officio à Direção Geral de Energia, que nos disse que não dispunha desta informação e tivemos que fazer uma previsão. Vem hoje uma revisão orçamental que tem incorporada uma despesa de € 60.000,00 (sessenta mil euros) e uma receita de 61.500,00

(sessenta e um mil e quinhentos euros), porque a ANAFRE negociou com o Governo que daria € 1,5 por cada processo que as Juntas de Freguesia organizassem. -----

O caminho que a ANAFRE está a traçar deixa-nos completamente indispostos e é uma questão que estamos a refletir, porque esta não é a primeira, nem a segunda que assumem compromissos sem qualquer consulta e sem qualquer informação às Juntas, não sabemos se não vamos propor um dia destes a saída da ANAFRE. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Valdemar Almeida, faça o favor. -----

--- **Intervenção do Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Senhora Presidente, não estando a Junta de acordo com esta tomada de posição da ANAFRE, foi obrigada a aceitar esta medida? Ou foi a Junta que decidiu aceitar? -----

--- **Intervenção da Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Não estamos de acordo por princípio com a política, mas não queremos defraudar os cidadãos a quem já foi noticiado, que recebem € 10 por cada bilha de gás. O ano passado assumimos, mas o ano passado foram € 180,00, este ano estamos a prever € 60.000,00, estamos a falar de realidades que podem ser completamente diferentes, não sabemos quantas pessoas são e não temos receitas para fazer face a isto. -----

--- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Assim sendo vamos proceder à votação, relembro que estamos a votar o ponto dois da ordem de trabalhos. Por braço no ar. Votos favoráveis? -----

2. Apreciação e Votação da Deliberação n.º 37/2023 – Protocolo a celebrar com a ANAFRE, no âmbito da colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental denominado “Apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. Foi aprovada por unanimidade. -----

3. Apreciação da Proposta de Deliberação n.º 40/2023 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição - 2022; -----

Não está sujeito a votação é apenas apreciação. Está aberta a discussão, faça favor, Teresa e a seguir a colega da CDU. -----

---- **Inteiveio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte: ----**

A dúvida que tenho é, o relatório é já definitivo ou ainda vai ter em conta as considerações da oposição? O relatório ficou finalizado e fechado? É a primeira pergunta, mas posso proceder depois as respostas são dadas. Vai ficar fechado sem consulta prévia à oposição? Uma vez que se refere exatamente ao direito da oposição sem pronúncia por parte da oposição. Fui consultar a Lei nº 24/98 o artigo 4º, o direito à informação, lembro que já várias vezes pedimos a leitura das deliberações e o acesso às deliberações, no site da UFOPAC estão as atas, mas não estão as deliberações, entendemos que eventualmente é estar em causa este direito à informação que nos é conferido pelo Estatuto do Direito da Oposição. -----

---- **Inteiveio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte: -----**


Como ainda não fixaram o meu nome é, Cristina Alves. -----

---- **Inteiveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----**

Muito obrigada. -----

---- **Inteiveio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte: -----**

No processo de elaboração das Grandes Opções do Plano, a CDU enviou uma proposta, passo a citar *“que no plano de atividades seja inserido um ponto que contemple a negociação com a CMO de transferência para a UFOPAC, de competências e respetivos meios técnicos e financeiros, alargue e reforce a estrutura de enquadramento com a admissão de quadros qualificados que permitam à Junta de Freguesia a real prestação de um serviço público de proximidade, à luz da lei 75/2013, nos domínios entre outros: equipamento rural e urbano, educação, cultura e desporto, cuidados primários de saúde e ambiente”* como consta dos anexos ao presente relatório. A informação que é dada no presente relatório é que cito novamente *“foram desenvolvidos esforços junto do Município de Oeiras, organismos da Administração Central, Associação Nacional de Freguesias entre outros, no sentido de serem adotadas medidas que vão de encontro às sugestões propostas e recebidas pelas diversas*



forças políticas". A questão que a CDU coloca é que tipo de esforços foram desenvolvidos? E se houve alguma resposta dessas diferentes entidades? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

A: Muito obrigada, mais alguma intervenção? Não havendo, dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada, Senhor Presidente. Se o relatório está fechado? Está, já foi aprovado pelo Executivo, é o relatório relativo ao Direito da Oposição e à consulta que foi feita em 2022, se tiverem sugestões para o orçamento podem fazer este ano, em 2023. -----

Relativamente à Senhora D. Cristina Alves da CDU, os esforços que foram desenvolvidos, foram vários pedidos de reunião com a ANAFRE, que nunca tivemos nenhuma resposta. Vai realizar-se uma reunião do distrito de Lisboa no sábado, vamos estar e vamos questionar novamente porque é que nunca nos receberam, nem nunca nos marcaram reuniões. Relativamente à Câmara é a informação que tenho a dar, tem havido negociações com o Senhor Presidente da Câmara no sentido de ser alterado o montante da delegação de competências, mas não as matérias, isto porque este Executivo eleito por maioria, as competências que tem é nas áreas das escolas, do ambiente e do espaço público, é muita coisa que temos a fazer e para já não queremos mais. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. -----

3. Apreciação da Proposta de Deliberação n.º 40/2023 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição – 2022. A Assembleia de Freguesia tomou conhecimento. -----

Vamos passar ao ponto quatro da nossa ordem do dia. -----

4. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação n.º 41/2023 – Proposta de Alteração à Tabela de Taxas, Regulamento e Fundamentação económico-financeira da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (UFOPAC) para o ano de 2023; -----

Está aberta a discussão. Faça favor, Sofia Almeida. -----

--- **Intervio a Senhora Sofia Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Boa noite a todos. Apenas para deixar uma nota: -----

A Proposta de alteração à tabela de Taxas, Regulamento e Fundamentação económico-financeira da UFOPAC para o ano 2023, deve-se à necessidade de adequar à atualidade, fazendo um ajustamento das taxas a aplicar aos diversos atos. -----

O aumento dos custos operacionais, dos ordenados, conduziu à necessidade de atualização da referida Tabela. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Teresa Travassos, faça o favor. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ---

Se este documento não vai a discussão publica? Depois também tive dificuldade em ver a descrição das rubricas, são diferentes, há certidões que deixam de ser emitidas que constam na primeira tabela e que não constam nesta nova tabela. Se puder ser justificado agradecia. Constatamos que deixa de haver taxas dos serviços do posto médico, sabemos que as pessoas carenciadas que vem designadas na alínea a) têm à partida isenção de taxas, mas não entendemos a isenção universal, pois para muitos, pior que não ter capacidade financeira para pagar as taxas é nem sequer ter um posto médico em proximidade e defendemos que de facto, o posto médico seria interessante que a UFOPAC, considerasse ter outro posto médico, também não entendemos a retirada das taxas. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mais alguma questão? Faça o favor, Senhor Nuno Costa. -----

--- **Intervio o Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

la só, provavelmente a Senhora Presidente ia fazer isso, mas que nos explicasse um bocadinho a estratégia que estão a reportar. Porque é que houve coisas que tiveram de subir por causa dos ordenados? Como foi referido, há outras coisas que baixaram. Que estratégia é que houve por trás e que sensibilidades é que foram tidas em conta? -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----



Muito obrigado. CDU, faça o favor. -----

--- **Intervio a Senhora Cristina Alves da CDU para dizer o seguinte:** -----

Relativamente ao artigo 10º do número 2 do Regulamento, consta que a pedido dos interessados poderá a Junta de Freguesia ou por delegação de competências do Executivo, a Presidente da Junta de Freguesia, isentar do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento total ou parcialmente, neste sentido é no nosso parecer, que a isenção de pagamento de taxas deverá ser sujeito ao sancionamento da Assembleia de Freguesia, pelo que propomos que ao texto anterior se acrescente: "isenção que deverá ser sujeita a sancionamento da Assembleia de Freguesia". -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Não havendo, dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Relativamente à intervenção da Senhora D. Teresa, a isenção universal sim, porque a Câmara Municipal decidiu transferir para a Junta, através de apoio todas as despesas que temos com o posto médico. -----

Relativamente à sugestão de Centro de Saúde, é mais uma situação que poderão aprovar uma moção para remetermos ao Ministério da Saúde, porque a Saúde é responsabilidade da Administração Central. Aliás, a Junta esteve alguns anos a fazer este tipo de serviços a expensas da Junta, mas convenhamos, isto é competência do Governo Central. -----

Qual a estratégia, pergunta o PAN? A estratégia é essencialmente aquilo que a Sofia já referiu, adaptação à despesa real, nomeadamente os vencimentos e as despesas com papel, com fotocopiadoras, com toner, mas também a uniformização dos atestados no Concelho de Oeiras; há Juntas de Freguesia que têm valores mais elevados, há outras com valores mais baixos e aquilo que os Presidentes de Junta articularam foi no sentido de uniformizar o valor do atestado de residência. -----

A sugestão da CDU, obviamente que é inoperacional, a isenção é concedida a quem comprovadamente apresenta documentação de que não tem rendimentos, a maior parte das

peçoas que se dirigem à Junta, precisam de confirmações de residência em 24 horas, a maior parte das vezes e relativamente aos nossos residentes tem a ver com o pagamento de reformas ou por Companhias de Seguros ou por Bancos. A isenção não é de acordo com a vontade da Presidente ou dos Vogais, que são os três que subscrevem atestados, a isenção é comprovada por insuficiência de rendimentos. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Faça o favor, Senhora D. Teresa Travassos. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ----

Quero pedir desculpa, foi lapso meu, referia-me ao posto de enfermagem e o que sugeríamos de facto, não era posto médico, disse a palavra posto médico, mas o que nos referíamos era ao posto de enfermagem. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

E aquilo que informei também é relativo ao posto de enfermagem, a Câmara transfere a totalidade da despesa. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Há mais alguma intervenção extra? Não havendo, vamos proceder à votação por braço no ar. Votos favoráveis? Abstenções? -----

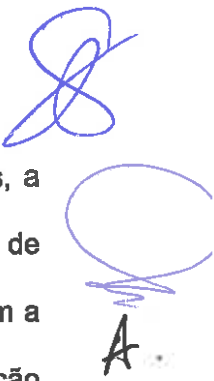
4. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação n.º 41/2023 – Proposta de Alteração à Tabela de Taxas, Regulamento e Fundamentação económico-financeira da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (UFOPAC) para o ano de 2023. Foi aprovado com 16 votos favoráveis (10 votos do IN-OV + 1 voto do PS + 2 voto do PSD + 1 voto do IL + 1 voto do PAN + 1 voto do Chega) e três abstenções (2 votos do Evoluir + 1 voto da CDU). -----


Vamos passar ao ponto cinco da nossa ordem do dia, relembro que não está sujeito a votação.

5. Apreciação da Proposta de Deliberação n.º 42/2023 – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

Está aberta a discussão. Faça favor, Senhora D. Teresa Travassos. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ----





Gostaríamos de ver discriminados os bens que vêm referidos como outras Infraestruturas no valor bruto de € 3.742.719 (três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e dezanove euros) - não vou dizer os cêntimos, não vale a pena - outros bens de domínio público no valor bruto de € 134.182,00 (cento e trinta e quatro mil, cento e oitenta e dois euros), tratando-se de montantes avultados e percebemos que não têm código definido na comissão de normalização contabilística, mas nada impede e a bem da transparência, que seja apresentado um anexo com a discriminação destes bens. -----

Outra dúvida, sabemos que a UFOPAC tem um palco de festas. -----

--- **Autor inaudível, microfone desligado.** -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** ----

Não tem, então está esclarecido. Já o ano passado tínhamos solicitado a discriminação de algumas rubricas que nos é difícil apreciar, não sabemos a que é que se refere. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Não havendo, dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Se me permite, não consegui apanhar a sua questão na totalidade, de qualquer maneira temos connosco a Dra. Mónica e se o Senhor Presidente permitir, pedia-lhe para ela esclarecer porque o inventário de bens é o que é, a Junta tem muito pouco património, mas tem algum que vem por via da delegação de competências e que ainda não foi devolvido à Câmara. Mas queria pedir uma retificação ao Senhor Presidente se me permite, a proposta de deliberação número 42, por lapso tem a palavra aprovação e não apreciação, solicitava que considerassem apreciação, no edital está correto, mas na PD está incorreto. -----

Se permitir, pedia à Dra. Mónica para esclarecer a questão suscitada pela Senhora D. Teresa.

--- **Intervio a Mónica Chambel, Responsável pela Contabilidade para dizer o seguinte:**

A questão é muito simples, onde diz "Infraestruturas", é tudo o que seja delegação de competências no âmbito dos viadutos, portanto todas as reparações feitas em calçada, todas as intervenções feitas em escolas, tudo quanto seja sinalização e trânsito, é tudo quanto seja

obra propriamente dita, feita ao abrigo da delegação de competências. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

É tudo? Muito obrigado. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Os outros bens de domínio público, vi os valores mais avultados. -----

--- **Intervio a Mónica Chambel, Responsável pela Contabilidade para dizer o seguinte:**

Vou dar alguns exemplos, nomeadamente intervenções na PSP, quando a PSP às vezes solicita alguma reparação, são edifícios que são municipais, mas que são outros bens do domínio público, não sei como é que lhe posso explicar isto. São bens que são do domínio público, só por isso é que podem ser intervencionados, mas que não se enquadram nem nos viadutos e calçadas, nem na sinalização, nem nas escolas, nem nas instalações de serviços, são outros bens de domínio público, posso-lhe dar concretamente, por exemplo houve uma impermeabilização da cobertura dos balneários de Caxias, reparações da PSP, são bens que são públicos, são genéricos, são de várias localizações, desde que não sejam aqueles que mencionei há bocadinho. -----

--- **Autor inaudível, microfone desligado.** -----

--- **Intervio a Mónica Chambel, Responsável pela Contabilidade para dizer o seguinte:**

As despesas sim. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, Dra. Mónica. -----

5. Apreciação da Proposta de Deliberação n.º 42/2023 – Inventário dos Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais. A Assembleia tomou conhecimento. -----

Vamos passar ao ponto 6. -----


6. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação nº 43/2023 – Relatório de Atividades e Contas de Gestão de 2022; -----

Está aberta a discussão. Faça favor Senhora D. Teresa Travassos. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Considerando o saldo orçamental de € 317.521,00 (trezentos e dezassete mil, quinhentos e





vinte e um euros). mais uma vez se levanta a dúvida dos motivos que levou a Junta, a não manter os CTT de Caxias, não se entende porque rejeita a possibilidade de abertura de outro posto médico, considerando que este serviço de utilidade inquestionável tem uma despesa efetiva perfeitamente comportável de € 9.599,00 (nove mil quinhentos e noventa e nove euros). -----

A

Uma referência à página 14, tendo em conta que o parque de equipamentos escolares das 12 escolas de ensino básico, referidas no anexo do auto de transferência de recursos, portanto o número 392/202, considerasse suficiente o valor dos € 700.000,00 (setecentos mil euros), a transferir da CMO para a Junta para a satisfação das necessidades manifestadas e se foram resolvidos todos os pedidos de intervenção solicitados pelas Direções de cada uma das escolas? -----

Verificámos no contrato interadministrativo, durante o ano 2022 não foi realizado qualquer trabalho na reparação e manutenção de espaços de jogo e recreio e equipamento de fitness, sabendo que a execução orçamental foi na ordem dos 63%, isto é, ficaram por aplicar cerca de € 270.000,00 (duzentos e setenta mil euros) do contrato interadministrativo. Perguntamos: qual foi o motivo? Insuficiência de verbas? Falta de capacidade de realização da Junta? Ou não foram detetadas necessidades nessas áreas? Estranho, porque os espaços de jogo e recreio têm sempre a manutenção preventiva. -----




---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Não havendo, dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Todas as intervenções que a Câmara pediu foram realizadas, não lhe posso confirmar se todas as intervenções solicitadas pelas Direções dos Agrupamentos foram realizadas, porque quem faz os pedidos são as Direções dos Agrupamentos ou das Escolas à Câmara Municipal não é à Junta, é a Câmara que nos solicita intervenções, isto é, a nossa parceria não é com as Escolas, é com a Câmara Municipal. -----

Quanto aos espaços de jogo e recreio, vulgo Parques Infantis, penso que é esse que se está



a referir, não internalizou essa competência, quem faz a manutenção e reparação dos espaços de jogo e recreio, isto é, dos parques infantis, é a Divisão de Equipamentos Municipais da Câmara Municipal, porque a diversidade de equipamentos dos parques infantis é tal, e a origem da aquisição é tal, que a Junta de Freguesia não tem capacidade para internalizar essa competência. Há equipamentos de parques infantis que foram comprados em vários Países da Europa, por isso é que muitas vezes estão como estão, os aparelhos ou foram descontinuados, ou demoram a chegar; há um conjunto de situações que levam a que não sejam em tempo útil substituídos ou devidamente reparados. -----

A questão que colocou, se é suficiente, o ponto de situação é que estamos em renegociação da delegação de competências, há algum tempo, justamente porque queremos reforçar a verba que vem da Câmara Municipal para as intervenções que fazemos. -----

Não houve realização de 100%; se é falta de capacidade, também é, mas muitas vezes é porque as empresas não respondem em tempo útil, particularmente no ano de 2022 tivemos uma grande dificuldade em obter respostas e o nosso tempo de organização de procedimento de consulta e de execução é 7/8 meses, porque o primeiro trimestre ainda não temos o orçamento em execução, estamos em consultas, em organização de procedimentos e depois o mês de agosto a maior parte das empresas encerra, que é que quando intervimos mais no parque escolar e muitas vezes, temos algumas dificuldades de arranjar empresas que nos respondam em tempo útil e que tenham a capacidade de intervir no mês de julho e agosto; por exemplo, o que se passou com o polidesportivo de Paço de Arcos, a empresa devia ter iniciado a obra em 5 de setembro, sei esta data porque terminamos as Festas de Paço de Arcos no dia 3, a desmontagem foi nos 2 dias seguintes e aquilo que tínhamos contratualizado, era começarem de imediato a obra de requalificação do ringue, começaram em dezembro e acabaram há 10 dias. É como estamos, estamos também sujeitos à disponibilidade das empresas que trabalham para nós e que respondem aos nossos procedimentos, porque foi aquela empresa que ganhou o procedimento, foi aquela que apresentou o preço mais baixo, só que depois tem "x" dias para executar, chega-se ao inverno pedem prorrogação de prazo por causa das condições climatéricas e ficámos com o parque



requalificado há 10 dias. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

A. Muito obrigado. Vamos proceder à votação por braço no ar. Votos favoráveis? Abstenções?
Contra? -----

6. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação nº 43/2023 – Relatório de Atividades e Contas de Gestão de 2022. Foi aprovado com catorze votos a favor (10 votos do IN-OV + 1 voto do PS + 2 votos do PSD + 1 voto do IL), um voto contra da CDU e quatro abstenções (2 votos do Evoluir Oeiras + 1 voto do PAN + 1 voto do Chega). --
Vamos então passar ao ponto sete. -----

7. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação nº 47/2023 – 1ª Revisão Orçamental. --
Está aberta a discussão. Miguel, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Miguel Campos do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Obrigado, Senhor Presidente. Gostava de dar três notas, sobre esta revisão orçamental, por um lado é verdade, que há um reforço, muito devido aquela questão que já foi falado do protocolo da ANAFRE, já discutida no ponto 2 da presente ordem de trabalhos, mas também dar nota do reforço na cultura, na educação e no desporto, dizendo que efetivamente estes reforços são importantes para o apoio a várias instituições, mas também a várias iniciativas que fazem a diferença, porque o desporto faz a diferença, porque a educação faz a diferença e a cultura, e é verdade que este Executivo e esta União de Freguesias, tem vindo sempre em crescendo no reforço destas iniciativas e não é fácil porque para haver espaço para estas iniciativas, tem que haver alguma ginástica, tem que haver prioridades, tem que haver políticas e nunca é demais, já referi isso aqui algumas vezes, mas vendo os valores do orçamento, houve este reforço de € 101.000,00 (cento e um mil euros), passamos para € 2.769.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e nove euros), o que é mais uma vez um record. A União de Freguesias já vai no seu terceiro mandado, podíamos dizer que se comparássemos com valores das Freguesias quando não havia a União, não era comparável, mas é verdade que neste terceiro mandado, este reforço e mais este crescimento mostra que esta União de freguesias, se em 2013 já era em termos de população, em termos da dimensão

que tinha, maior em termos de volume que muitos municípios, mais de 80% dos municípios portugueses, ao dia de hoje com este reforço e esta capacidade para atrair valor para a União de Freguesias, deixa a fasquia cada vez mais elevada, que nunca é demais dizer e mais uma vez fica provado o esforço que é feito para conseguir ter mais valor para apoiar as várias iniciativas. -----

O exemplo do autocarro que foi dito pela Presidente do Executivo, não pára, por um lado é bom, aumentou o consumo de combustível, mas por outro, apoia iniciativas, apoia instituições e é um autocarro recente, moderno também tem sido muito do agrado das instituições. Por isso dizer ao Executivo que é importante reconhecer o trabalho, reconhecer a capacidade e os números falam por si, não é uma coisa abstrata, não é uma simpatia, é só uma análise numérica e como já disse em algumas Assembleias atrás, ao fim de 4 mandatos deste lado, digo que é de louvar, gostava também de dar esse reconhecimento ao Executivo. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mais alguma questão? Faça o favor, Senhor Luís Pinho. -----

---- **Intervio o Senhor Luís Pinho do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Quanto a este ponto do lado da receita nada ao obstar, do lado da despesa pode-se referir o facto de no final do primeiro trimestre já estar a ser necessário reforçar as dotações das despesas de funcionamento. Perguntar porque é que não se previram no orçamento inicial as despesas com a realização das Festas de Paço de Arcos? Concordando com o reforço do apoio aos clubes desportivos, gostaríamos de saber qual a justificação para um reforço já no final do primeiro trimestre de execução orçamental? Obrigado. -----

---- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Não havendo, dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

---- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada, Senhor Presidente. Porque é que é preciso rever? É preciso rever principalmente por causa do protocolo com a ANAFRE, como se recordam, o orçamento foi aprovado em 19 de dezembro de 2022 e só em meados de janeiro, é que tivemos nota deste



apoio que vinha do Fundo Ambiental, através da ANAFRE, este valor é o que tem maior peso.

A Depois porque é que vamos reforçar nas áreas da cultura, da educação, do Desporto? Porque podemos e se podermos reforçar mais, há-de vir outra revisão orçamental, porque como tenho dito, a Junta de Freguesia não é nenhum banco, estamos cá para apoiar as iniciativas que sejam úteis e que tenham o impacto positivo na comunidade, que nos elegeram e que todos representamos. -----

— **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Vamos proceder à votação do ponto 7, por braço no ar. Votos favoráveis? Abstenções? Contra? -----

--- **Intervenção da Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Agradecemos à nossa bancada e particularmente ao líder de bancada, Miguel Campos, obrigada pelas suas palavras, são sempre reconfortantes, bem como é reconfortante ver a confiança que depositam nesta primeira revisão orçamental todos os grupos políticos desta Assembleia de Freguesia, muito obrigada a todos. -----

--- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Faça o favor, Senhor Nuno Costa. -----

--- **Intervenção do Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Passou-me o ponto anterior. A minha declaração de voto é para os dois pontos, tinha a ver que o posicionamento é ...-----

--- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Vou-lhe pedir que esteja atento e as declarações de voto sejam feitas nas alturas corretas. Muito obrigado. -----

--- **Intervenção do Senhor Nuno Costa do PAN para dizer o seguinte:** -----

Obrigado. A declaração de voto será : “O PAN considera que o Executivo tem toda a legitimidade com uma maioria absoluta para conduzir a gestão da União de Freguesias, como achar adequado, mas possivelmente, se fosse o PAN a gerir a União de Freguesias, faria de uma forma diferente”. Por isso, a razão da abstenção nas duas situações. -----

--- **Intervenção do Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Assim sendo, vou dar o resultado da votação do ponto 7. -----

7. Apreciação e Votação da Proposta de Deliberação nº 47/2023 – 1ª Revisão Orçamental. Foi aprovado com dezoito votos favoráveis e uma abstenção do PAN. ----

Recordo que o ponto 8 e o ponto 9 não estão sujeitos a votação. Vou dar seguimento à ordem de trabalhos, vamos abrir o ponto 8 e 9 à discussão. Seguidamente e antes do encerramento da nossa Assembleia, antes até da leitura da minuta da ata, queria dar ainda 2 minutos à nossa representante da Comissão Municipal de Saúde, não dei na altura correta, as minhas desculpas por isso, embora tenha sido enviado atempadamente o respetivo relatório das últimas reuniões. -----

8. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 01 a 31 de dezembro de 2022; -----

Está aberta a discussão, Senhora D. Teresa, faça o favor. -----

--- Interveio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte: ----

Queria apresentar uma dúvida que tenho desde o início, a delegação de competências no decreto-lei 57/2019 fala na transferência de competências que depois são formalizadas, através da transferência dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros. Uma vez que estamos perante as competências que até estão referidas na alínea e) e f) do decreto-lei 57/2019, competências a serem transferidas. Porque é que estamos a usar sempre a figura da delegação? A minha interpretação é que uma delegação de competências é aquilo que é uma competência própria da Câmara, em que a Câmara delega e neste caso, estamos perante competências que pela Lei seriam transferidas, peço um esclarecimento desta situação. ----

---- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

---- Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte: -----

A Delegação de Competências tem de ser negociada e tem que ser objeto de contratualização; o habitual é que refira quais são as áreas em que o delegado intervém, quais são os recursos que são transferidos, quer financeiros, quer materiais, quer humanos. Assim como há Delegação de Competências da Câmara nas Juntas que têm o chapéu da legislação



A.

que é publicada, também há Delegação de Competências da Administração Central na Câmara Municipal; por exemplo, a Câmara aceitou, salvo erro, há 3 anos, a Delegação de Competências na área de Educação, em que passou a gerir os recursos humanos, leia-se assistentes operacionais e assistentes técnicos penso que os assistentes técnicos ainda não passaram, só os assistentes operacionais e alguns edifícios que são estabelecimentos escolares, não são todos, mas alguns e foi objeto de contratualização com o Governo, que transferiu pessoal e transferiu verbas. Claro que as verbas nunca chegam, aliás, a Câmara Municipal de Oeiras anda a fazer péssimos negócios com a Administração Central, porque gasta sempre mais do dobro ou do triplo ou do quádruplo daquilo que é transferido para a Câmara Municipal. Mas assim como há Delegação de Competências da Administração Central para a Câmara Municipal, há transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia de acordo com negociações que são feitas, entre o representante da Câmara que nesta matéria é o Senhor Presidente e o Presidente da Junta ou o Vogal que tem o Pelouro, no nosso caso, a Presidente eleita e, portanto, a Delegação de Competências resulta de negociação. O que é que eu lhe posso dizer mais? É um bocado difícil de lhe explicar, a Delegação de Competências é contratualizada de acordo com aquilo que a Junta aceita e que a Câmara quer transferir; por exemplo, a Câmara nunca transferiu recursos humanos a não ser assistentes operacionais, assistentes operacionais esses que em determinada altura quiseram voltar para a Câmara, ficámos com dois, não quiseram continuar na Junta, porque a Câmara tem mais regalias e mais hipóteses do que tem a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tem que tratar toda a gente de igual forma de acordo com as leis de gestão de recursos humanos. A Câmara Municipal tem por exemplo, outros horários, tem jornadas contínuas, nós não temos, porque não temos dimensão suficiente ao nível desses recursos humanos para podermos ter jornada contínua, na Câmara podem ter, eles preferem porque como ganham muito pouco, conseguem ter um emprego complementar; a realidade é esta e nas Juntas não conseguem, portanto foram-se todos embora, temos três assistentes operacionais, com três assistentes operacionais não podemos ter mais Delegação de Competências em determinadas áreas. Um deles está quase a reformar-se, é a realidade que

temos. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Valdemar Almeida, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Valdemar Almeida do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Em relação à informação queria dar os parabéns ao Executivo e à Senhora Presidente, pelo trabalho que tem feito nas escolas no acompanhamento das obras e no acompanhamento da execução da manutenção de espaços exteriores das escolas, que a Junta tem feito um acompanhamento ao prestador de serviços e que melhorou drasticamente a qualidade dos espaços exteriores, tanto espaços verdes como bancos e todo o equipamento que havia nos recreios que melhorou significativamente desde que a Junta ficou com esta delegação de competências, obrigado. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. -----

8. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 01 a 31 de dezembro de 2022. A Assembleia tomou conhecimento. -----

9. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 01 de janeiro a 31 de março de 2023. -----

Dou a palavra ao Chega, faça o favor. -----

--- **Intervio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, Senhor Presidente. Temos algumas dúvidas, gostaríamos que fossem explicadas um bocadinho mais em pormenor. Vimos que houve algumas pessoas que foram contratadas, indigitadas pela Câmara Municipal para trabalhar em tempo parcial, só temos algum contexto sobre isso, o Artur Campos, João Freire e o Arquiteto Rui Aboim. Porquê a tempo parcial? Só por uma questão de contexto. -----

No Programa Operacional Apoio aos Mais Carenciados, a segunda fase estava com fundos insuficientes, o porquê? Depois há uma aquisição de bens de capital de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), ao que é que se refere? Especificamente. E para já é tudo. -----

A.



A

---- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Não sei se percebi a sua questão, mas a Câmara Municipal não contratou ninguém a tempo parcial, as pessoas que têm tempos parciais são eleitas que integram a Junta de Freguesia.

---- **Interveio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Era a isso que me referia. -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Estou eleita Presidente, estou reformada desde 1 de janeiro de 2022, a Assembleia de Freguesia já foi informada, não tenho vencimento da Junta, tenho a minha reforma, portanto não é possível acumular e a tempo inteiro está o Vogal que me substitui que é o Arquiteto Rui Aboim, tem o vencimento do Presidente da Junta, que é estipulado pela Lei e a tempo parcial estive o Eng.º João Freire e o Vogal Artur Campos com os pelouros que tiveram na altura, em devido tempo também foram informados que o Eng.º João Freire assumiu o novo desafio na Câmara Municipal de Lisboa, está como dirigente e não pode acumular, não pode ter tempos parciais na Junta e portanto, o Vogal Artur Campos passou a assumir o pelouro da cultura também e do ambiente e passou a tempo inteiro. A Junta de Freguesia de Oeiras de acordo com a Lei, está tudo definido na Lei, não inventamos nada, a Junta de Freguesia pode ter dois tempos inteiros, um tempo inteiro e dois tempos parciais ou 4 meios tempos, o Executivo pode estar parcialmente em quatro meios tempos acumulando com outra profissão, o que se passa neste momento na Junta é que temos duas pessoas a tempo inteiro, é o Arquiteto Rui Aboim que está aqui ao meu lado direito e é o Vogal Artur Campos. E a Presidente não tem vencimento, que isto fique claro, está em regime de voluntariado quase, quando digo quase é porque tenho umas senhas de € 300, não é, Dra. Mónica? Nem sei quanto é que é, aumentaram € 10 este ano. -----

---- **Interveio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

E o Programa Operacional Apoio aos Mais Carenciados? -----

---- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

O "PO", aliás a delegação de competências para o delegado dá sempre prejuízo, aquilo é um banco alimentar que chamam programa operacional de ajuda às pessoas mais carenciadas, no fundo é um banco alimentar com distribuição de alimentos uma vez por mês, sempre tivemos prejuízo com as despesas que temos com o PO, abreviadamente chamamos PO. Em janeiro deste ano escrevemos uma carta à Senhora Secretária do Estado, subscrita por todos os Presidentes de Junta do Concelho de Oeiras, informando-a dos prejuízos que temos e que não conseguimos manter este programa, se não houver uma atualização das transferências que são feitas para as Juntas de Freguesia. Costumo dizer que a intervenção social não cai do céu, não é como a chuva, tem o custo do pessoal, tem o custo do motorista que leva os alimentos às pessoas que não se podem deslocar à Junta para irem levantar, tem o custo do combustível, tem o custo da energia, temos nove arcas congeladoras, temos dois frigoríficos, como sabemos em nossas casas, o eletrodoméstico que mais gasta é o frigorífico ou os aquecimentos no período de inverno e portanto, aquilo tem uma despesa com saldo negativo para a Junta. A Senhora Secretária de Estado, como já estamos habituados, não nos respondeu nem mandou ninguém responder, mas expusemos o problema ao Senhor Presidente da Câmara que assumiu através de um apoio que há-de ser dado às Juntas, a despesa que as Juntas têm por conta do PO, e pronto cai sempre em cima do mesmo, que é a Câmara Municipal de Oeiras, a quem agradecemos em nome das pessoas que têm menos recursos para satisfazerem as necessidades básicas de alimentação e isto é o que se passa.

--- **Interveio o Senhor Miguel Silva do Chega para dizer o seguinte:** -----

Só relativamente à aquisição de bens de capital. -----

--- **Interveio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

No primeiro trimestre fazemos o planeamento das intervenções que vamos fazer, temos o engenheiro na Junta, não é a tempo inteiro, é tempo parcial, que faz a estimativa orçamental das intervenções que foram definidas para o ano civil de acordo com os pedidos da Câmara e, obviamente, que deve ter sido preciso reforçar alguma rubrica no valor de € 50.000,00, vamos substituir alguns pavimentos de calçada, aquilo não é calçada, é vidro, por pavimentos antiderrapantes, principalmente onde há grandes inclinações, provavelmente terá



sido uma coisa dessas porque é investimento de capital. -----

A.
--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra à Senhora D. Teresa Travassos, faça o favor. -----

--- **Intervio a Senhora Teresa Travassos do Evoluir Oeiras para dizer o seguinte:** -----

Reparámos no número baixo de queixas à Junta e voltamos a falar na mesma situação que devia ser o órgão mais próximo e o facto de não ter mais competências transferidas, faz com que as pessoas acabem por não recorrer e não usufruir desta proximidade. -----

A atividade Médico em Casa +65, observamos que tem fraca procura. Será que este serviço está a ser devidamente divulgado? Pergunto. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Antes de dar a palavra ao Executivo, alguém tem mais alguma questão a colocar? Senhora Ana Rita Amaro, faça o favor. -----

--- **Intervio a Senhora Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte:** -----

Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente do Executivo, colegas de bancada e público presente. -----

Na sequência daquilo que o meu colega Valdemar mencionou, na importância da intervenção no Parque Escolar, gostaria de enfatizar o investimento que tem sido feito e que está explanado na Informação da Senhora Presidente do último trimestre, na área da coesão social particularmente, digo que foi o apoio às IPSS nas diferentes valências com especial foco na área da deficiência e da saúde mental, todos sabemos que é sempre o parente pobre. -----


Quero também enfatizar o apoio financeiro que li, para projetos que visam a promoção da inclusão social e queria destacar o Projeto Gira no Bairro Sá Carneiro, promovido pela Mundo de Papel com parceria com a PSP, juntamente também com uma articulação muito profícua que tem vindo a ser feita com a Associação Pomba XXI. Muito obrigada. -----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigada. Peço desculpa que me falhou completamente a sua questão. É uma resposta



que não lhe posso dar, porque não somos nós que fazemos a divulgação, quem faz a divulgação do Projeto 65+ é a Câmara e provavelmente, a Rita Amaro quando fizer a intervenção sobre a saúde, porque está na Comissão Municipal de Saúde como eleita desta Assembleia para a representação naquela Comissão, possivelmente dará mais nota sobre isso. Mas discordo completamente da sua postura de dizer que as pessoas não se dirigem à Junta porque não há delegação de competências, penso que não tem nada a ver com isso, as pessoas não se dirigem à Junta porque não querem ou não precisam. A Junta tem as portas abertas e com muita frequência ligam-nos até para saber números de telefone de entidades, para saber moradas porque as gerações mais novas, acham que está na net, está tudo resolvido, mas não está, a maior parte das pessoas não vai à net, nem tem net, a maior parte das pessoas mais velhas, é preciso insistir pela informação pela divulgação e isso é com a Câmara Municipal, é que tem recursos financeiros para o fazer, além disso há uma estratégia para o Município que não pode ser cada Junta de Freguesia, independentemente da importância que têm, cada uma fazer a sua divulgação. Isto é um projeto municipal, a divulgação e a sensibilização para esta problemática tem de ser ao nível concelhio, ao nível do Município. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte: -----


Muito obrigado. -----

9. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente do Executivo sobre a Atividade da União das Freguesias de 01 de janeiro a 31 de março de 2023. A Assembleia tomou conhecimento. -----

Temos a ordem de trabalhos encerrada. Vou dar 2 minutos à nossa representante da Comissão Municipal de Saúde, Dra. Ana Rita Amaro. Seguidamente, lemos a ata em minuta.

--- Interveio a Senhora Ana Rita Amaro do IN-OV para dizer o seguinte: -----

Muito obrigada, Senhor Presidente. Muito rapidamente até porque hoje de manhã foram enviadas as informações, está em falta o Plano Local de Saúde, foi elaborado pelo ACES Lisboa Ocidental Oeiras, que os serviços estão a aguardar, assim que tenham o plano, faço chegar ao Senhor Presidente que depois fará chegar aos membros. -----



A Destacar apenas que a vacinação para quem está interessado em vacinar-se contra o Covid-19, decorre exclusivamente no Centro de Saúde de Paço de Arcos, com agendamento prévio. Temos na Semana dos Afetos para quem quiser visitar, temos em cada uma das Uniões de Freguesia ou Juntas de Freguesia, o Município fez um mural com elementos históricos de cada União de Freguesias. O nosso da UFOPAC em Paço de Arcos, é no jardim de Paço de Arcos. Oeiras não tem, pois não, Senhora Presidente? É só ali, é no jardim de Paço de Arcos, junto ao ringue que foi requalificado na lateral das instalações do Centro de Convívio da Santa Casa da Misericórdia. -----

Dizer-vos ainda que o Plano Local de Oeiras para as Demências foi novamente galardoado com o prémio do selo de mérito, Cuidar dos Cuidadores Informais. -----

E para terminar dizer-vos que a brochura que vos deixei no lugar, é uma réplica da exposição que foi inaugurada em meados de fevereiro e que retrata tudo o que são medidas na área da Saúde e implementadas pelo Município. Como a Senhora Presidente disse e muito bem, “O Médico em Casa”, é uma medida do Município, se assim considerar, não tenho esses números, posso solicitar e fazer chegar ao Senhor Presidente de quantas consultas tivemos até 2022, penso que em 2023 ainda não temos esses números, mas posso fazer fechar. Muito obrigada.-----

--- **Intervio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado. Dou a palavra ao Executivo, faça o favor, Dra. Madalena Castro. -----

--- **Intervio a Senhora Presidente do Executivo para dizer o seguinte:** -----

Quero também informar a Assembleia nesta parte final que a Câmara Municipal assumiu a delegação de competências na área da ação social a partir do dia 17, isto é, de hoje. Tanto quanto nos foi dado conhecimento, os serviços da Segurança Social de Paço de Arcos vão deixar de atender, o atendimento passa a ser na Câmara, a Câmara pediu às Juntas de Freguesia colaboração, isto tem uma parte boa que é a proximidade das pessoas que precisam de apoios sociais, estão mais descentralizados os atendimentos, por outro lado foram uniformizados os critérios para concessão dos diversos apoios e acho que é uma informação que é importante, os membros da Assembleia de Freguesia terem conhecimento

porque se alguém se dirigir a perguntar porque Paço de Arcos fechou, não terá fechado completamente, mas terminaram ali os atendimentos para os pedidos de apoio social, passaram para o Município e para as Juntas de Freguesia com prévia marcação, portanto as pessoas podem ligar a marcar ou podem-se dirigir à Junta a pedir marcação para atendimento. E é tudo, Senhor Presidente. -----

--- **Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer o seguinte:** -----

Muito obrigado, encerrada, finalmente a ordem de trabalhos e dada a palavra à representante da Comissão Municipal de Saúde. -----

Resta-nos solicitar que seja votada para aprovação a ata em minuta desta sessão ordinária, vou ler sucintamente, que dará origem à Ata número 8. -----

Dito isto, está proposta para aceitação a aprovação da ata em minuta desta sessão. Braços no ar, quem vota favoravelmente? Muito obrigado. -----

----- **A ata em minuta foi aprovada por unanimidade.** -----

Dou por encerrada esta sessão, desejamos uma excelente semana, um 25 de Abril fantástico e acima de tudo que tudo correu muito bem convosco. Boa noite para todos. -----

--- **ENCERRAMENTO** -----

--- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 23h40m, da qual será lavrada a minuta da ata. -----

--- Para constar se elaborou a ata, que depois de lida e aprovada pela Assembleia, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Secretários. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia



A 1ª. Secretária

O 2º. Secretário

